

**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia**

Monografia de graduação

**Indivíduos, pessoas e soberanias: uma análise do caso Battisti
e das relações entre Estados-Nação**

Gustavo Motta Araujo

BRASÍLIA

2014

**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia**

Monografia de graduação

**Indivíduos, pessoas e soberanias: uma análise do caso Battisti
e das relações entre Estados-Nação**

Monografia apresentada no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Schroeter Simião
(DAN/UnB)

BRASÍLIA

2014

Agradecimentos

Impossível não pensar em quanto tempo se gasta para fazer um trabalho como este e nas pessoas que participaram, em maior ou menor grau, deste processo. Assim, gostaria de agradecer às pessoas que gastaram horas me ouvindo falar sobre um tema que, para muitos, não existe tanto sentido estudar, enquanto outros achavam uma questão de grande importância para diversos fins e áreas. Todos aqueles que deram sua opinião pessoal sobre o que eles mesmos julgaram não estar muito “por dentro”, ou mesmo aqueles que chegaram a citar autores que provavelmente estão ligados ao assunto de uma forma ou de outra, contribuíram para o resultado final de forma inestimável.

Não irei citar nomes, pois são muitos, mas devo nomear duas categorias principais onde tais indivíduos se inserem e, por vezes, se confundem: amigos e família. Muito obrigado!

SUMÁRIO

Introdução	6
1. Capítulo I.....	9
1.1. Soberania e Nacionalismo	9
1.2. Indivíduos e Pessoas	16
1.3. A dádiva e a precedência na relação entre pessoas e entre países	25
2. Capítulo II	35
2.1. A mídia sobre Battisti: cronologia e comentários.....	35
2.1.1. Cronologia do caso Battisti.....	36
2.1.2. Repercussão nacional e internacional: comentários	38
2.2. O senso comum.....	46
2.3. Características do Direito em cada localidade: <i>sensibilidades jurídicas</i> e formas do Direito no Ocidente.....	50
2.4. A imagem nacional brasileira	55
3. Conclusão	57
4. Bibliografia.....	64

Introdução

Disputas de poder e prestígio entre nações que não estão em situação de conflito declarado ocorrem em diversas esferas, seja ela econômica, política, de capacidade de produção e compra de artigos militares, recursos ambientais, técnicos, humanos, etc. Estas disputas podem aparecer tanto de forma direta quando, por exemplo, um país entra com uma representação contra outro na Corte de Haia por este ter violado algum tratado comercial ou invadido sua fronteira territorial por meio não-militar, como de forma indireta, como se vê, por exemplo, em práticas de cooperação para o desenvolvimento.¹

Muitas vezes, atitudes por parte de um Estado podem criar situações de desconforto para uma ou ambas as partes e gerar um ambiente hostil entre elas, mas que não irão levar a uma situação de guerra, devendo ser tratada através de uma resolução diplomática. Tal solução, no entanto, envolve diferentes instituições e pessoas que ocupam cargos especializados que, direta ou indiretamente, estão relacionados com o caso, seja no âmbito interno de cada um dos países, seja em instâncias do direito internacional, como a própria Corte de Haia, ou ainda em locais de ampla negociação política, por exemplo, a ONU, com sede em Nova Iorque. O debate acerca dos diversos aspectos que fazem parte direta do comportamento de uma sociedade frente outros povos do mundo e, necessariamente, entre os habitantes que se reconhecem como sendo parte da mesma comunidade imaginada, como veremos adiante, e com território limitado, irá se configurar como o senso comum de uma nação, que ora indica sinais de apoio às decisões do Estado sobre sua política externa, outras vezes a crítica, criando, portanto, o aparelho democrático de opiniões e as várias interpretações sobre o sentimento nacionalista.

O que parecia ser em um primeiro momento apenas mais um caso de discussão sobre a extradição ou não de um indivíduo acabou por se tornar uma discussão entre Estados soberanos sobre posições jurídicas que repercutiu em diversas esferas das mais variadas formas. O caso Battisti me chamou atenção especialmente após o termo

¹ É o caso, por exemplo, da atuação de países que se encontram na posição de colaboradores para o crescimento de Timor-Leste, que oferecem ajuda das mais variadas formas, seja através de recursos financeiros diretos ou de pessoal técnico, sem teoricamente não cobrar nada em troca, mas sempre ressaltando sua atuação naquele território frente os esforços de outros colaboradores (Silva, 2008).

soberania entrar em cena na mídia, tendo sido citado por autoridades italianas e brasileiras ao longo do processo de extradição e por vezes de forma mais enfática após a decisão final sobre o caso proferida pelo ex presidente Luis Inácio Lula da Silva. Ao longo do curso de Ciências Sociais e através do contato com outras áreas das ciências humanas pude perceber as conexões entre soberania e o sentimento de pertencimento a uma nação. Cada nação possui uma identidade cultural, mais ou menos bem definida, que por sua vez está ligada a padrões culturais de comportamento dos indivíduos em diferentes sociedades, padrões que englobam o conjunto de regras e valores morais que cada um daquela sociedade deve compreender para que haja coesão social. O mesmo ocorre em uma comunidade internacional caso cada Estado seja visto como um indivíduo daquela comunidade. Este deve compreender seu papel naquela comunidade e respeitar um conjunto de regras e valores morais a fim de que prevaleça a convivência pacífica entre todos, tema que está intimamente relacionado à dada entre nações. O caso Battisti possui, portanto, grande importância analítica devido à imensa gama de assuntos que estão relacionados à decisão sobre um único indivíduo poder permanecer ou não em um determinado território.

Ao analisarmos o caso de Cesare Battisti, diversas questões são passíveis de discussão e aprofundamento para chegarmos a um melhor entendimento sobre o que está em jogo quando um país discorda da decisão jurídica de outro. O capítulo um terá início com a definição de soberania e nacionalismo, dois conceitos que possuem importância por serem muito citados em discursos políticos, artigos de jornal ou embates ideológicos sobre o direito internacional. Os dois termos serão explorados, respectivamente, através da definição teórica de soberania de Held e dos estudos de Benedict Anderson sobre a formação do sentimento de nacionalismo, bem como características próprias de como são formadas as nações ao longo de uma época de certa forma bem definida e que se mantém até os dias de hoje, sempre se adaptando às diversas mudanças que uma sociedade pode passar.

Por se tratar de um caso onde um homem gera uma disputa entre dois Estados, ainda no primeiro capítulo irei explorar os textos de Marcel Mauss e Louis Dumont, que tratam dos conceitos de *pessoa* e *indivíduo*, respectivamente. Os dois termos possuem diferentes análises dentro do direito internacional, como será visto com Roberto DaMatta, e ambos se referem à forma como um ser humano interage com a sociedade onde se encontra ou naquela onde o mesmo pretende se inserir por haver alguma

correlação de ideias com os membros daquele grupo. O *ensaio sobre a dádiva*, de Mauss, também será importante para termos em conta os vínculos gerados entre representantes da sociedade civil, além da relação entre Estados quando estes mantêm entre si regras de prestação mútua não apenas de serviços, mas onde também ocorrem trocas de indivíduos e ideias entre os dois territórios. O que se perde quando a dádiva é quebrada por alguma das partes? Tal quebra pode gerar uma situação de desgaste do prestígio entre ambos, gerando uma competição que sinaliza a distinção de precedência entre eles dentro da comunidade internacional, como será visto também através do artigo de Kelly Silva e da dissertação de Lea Tomass, ainda no mesmo capítulo.

Para compreendermos melhor as esferas de ação e discussão do caso, apresentarei, no segundo capítulo, uma cronologia dos fatos desde os atos pelos quais Battisti foi acusado até a situação atual, após a decisão de permanência do italiano em solo brasileiro na transição do governo do ex-presidente Lula para o governo atual. Em seguida, apresentarei alguns comentários selecionados entre leitores de mídias online, bem como comentários por parte de políticos brasileiros e italianos sobre o caso e que dizem respeito tanto à imagem nacional quanto à interpretação da lei. Aqui, os textos de Geertz que tratam das características do senso comum e aspectos comparados do Direito serão primordiais na compreensão do caso Battisti, que serão complementados com referências também a Roberto Kant de Lima sobre o funcionamento do sistema legal brasileiro e a Roberto Da Matta sobre a imagem nacional produzidas pelos próprios brasileiros através do uso implícito da expressão “sabe com quem está falando?” em alguns dos comentários dos leitores e na fala dos políticos, tanto nacionais como estrangeiros.

Por fim, o caso Battisti irá revelar tanto a diferença de aplicação da lei entre pessoas que não possuem qualquer privilégio ou notoriedade social e aqueles que estão incluídos em uma hierarquia e, portanto, gozam de um regime jurídico diferenciado, além de explicitar as divergências de opinião entre os mais diversos setores, seja dentro da sociedade brasileira, seja na comunidade internacional. Sobre este último grupo, o caso ainda reitera a dificuldade de acordo entre partes quando não há instância superior a se recorrer, com soberania maior que a das próprias nações, onde a quebra da dádiva leva uma questão de simples extradição à disputas por reconhecimento e poder entre Estados.

1. Capítulo I

1.1. Soberania e Nacionalismo

Para chegarmos à questão das disputas entre nações no âmbito do direito internacional devemos, primeiramente, tentar entender um pouco sobre alguns conceitos em questão, como a formação de um sentimento de nacionalismo e a criação do conceito de soberania, conceitos estes que creio estarem intimamente ligados. Este último pode ser delimitado pela síntese teórica feita por David Held (Held, 1995, *apud*: Castro, 2001), que propõe o seguinte resumo das características do “modelo de Westphalia”²:

1. O mundo consiste de, e é dividido em, Estados soberanos que não reconhecem qualquer autoridade superior; (essa falta de autoridade superior faz com que os Estados vivam em uma comunidade internacional anárquica.³)
2. O processo de elaboração de normas, a negociação de acordos e a manutenção da ordem permanecem em grande parte a cargo dos Estados; (tratados internacionais bilaterais)
3. O direito internacional serve ao estabelecimento de regras mínimas de convívio; a criação de relações duradouras entre Estados e povos é um fim, mas apenas na medida em que permitem a satisfação de objetivos políticos nacionais;
4. A responsabilidade por ilícitos transfronteiriços é um ‘assunto privado’, que diz respeito apenas às partes afetadas;
5. Todos os Estados são considerados como iguais perante a lei: regras jurídicas não levam em consideração assimetrias de poder;
6. As diferenças entre Estados são a final resolvidas pela força; o princípio do poder eficaz é válido. Praticamente não há limitações legais para conter o uso da força; os parâmetros do direito internacional oferecem proteção mínima;

² A chamada Ordem, Modelo ou Paz de Westphalia, de 1648, é conhecida como um marco na definição do moderno Sistema Internacional e dos Estados Nação, advindo daí também o termo “soberania”, que reconhece a legitimidade de atuação do Estado dentro de seu próprio território e define as premissas da relação entre Estados. A partir deste evento, que marcou o fim da Guerra dos Trinta Anos, entre Estados católicos e protestantes, encerra-se o ciclo de guerras religiosas na Europa e transfere-se o embate para o âmbito das disputas por território.

³ Para maiores informações sobre este conceito e visões do funcionamento desta sociedade anárquica ver Morgenthau, 2003, e Waltz, 2004.

A minimização de impedimentos à liberdade dos estados é uma prioridade ‘coletiva’.

O valor destes pontos sintetizados por Held (1995) consiste em expor a falta de uma organização ou instituição que possua maior poder decisório e legitimidade que aquele contido dentro dos Estados. O primeiro ponto desta definição já deixa isso claro, no entanto, surgem lacunas a serem preenchidas quando se fala na relação entre Estados soberanos. Quando surge uma disputa onde não há entendimento ou acordo entre as partes, não fica claro como tal querela será resolvida, ou seja, mesmo que não haja acordo entre duas nações, ninguém possui o direito de determinar quem está certo ou não, tanto que o quarto ponto é claro em afirmar que não cabe a mais ninguém opinar sobre o assunto a não ser aos envolvidos naquilo que Held chama de ‘assunto privado’. Com isso, que valor pode ter uma representação de um país contra outro em um tribunal internacional se, como determinam os pontos três e quatro, os Estados são os responsáveis por resolver seus próprios embates? Como pode haver um direito internacional que seja reconhecido como tendo importância necessária à resolução de conflitos se este encontra-se abaixo do direito de cada um dos Estados?

Além das perguntas geradas depois de termos definido brevemente o conceito de soberania, a questão do sentimento de nacionalismo, que não possui um modelo conceitual tão simples de ser definido, irá gerar suas próprias questões, complementares às questões geradas pelo conceito teórico de Held. Na apresentação do livro *Comunidades Imaginadas*, de Benedict Anderson, Lilia Moritz Schwarcz diz que não existe uma data definida pra a criação e registro oficial de uma nação e que sua morte, quando ocorre, não pode ter uma causa considerada “natural”. Apesar de não haver uma data específica para a criação dos Estados Modernos, existe sim uma época onde as nações começaram a se configurar e onde o modo de dominação política dos governantes vai lentamente do modo tradicional ou carismático para o modelo burocrático-legal, à medida em que vão sendo criadas instituições sociais comandadas por agentes com formação técnica para a função. O fim dessa época de criação das nações não é e nem pode ser um consenso entre autores que tratam do tema, pois até os dias atuais países são criados, como é o caso do Sudão do Sul, que teve sua

independência proclamada em 09 de julho de 2011 e tornou-se um Estado membro da ONU em 14 de julho do mesmo ano⁴.

Se não há uma certeza para o fim das nações, vários fatores devem ser levados em conta na concepção do mundo ocidental, com nações dominantes e dominadas das mais diversas maneiras que muitas vezes não incluem o uso de força militar. A quebra do sistema feudal no final do séc. XV e a ruptura com os valores morais e condutas sociais deste modelo inclui mudanças na forma de pensar o mundo que progressivamente se deslocam dos valores universais⁵ cristãos aos valores humanistas. A ideia de que existe um Deus não deixa de existir nem diminui o sentimento de religiosidade individual, mas a grande transformação que ocorre é que agora o homem se torna o ator central na ciência, filosofia e até mesmo na teologia. Como bem coloca Eiti Sato, embora tenha ganhado destaque no século XVI, o humanismo não se constituiu num movimento passageiro, mas ampliou sua base até que o princípio do direito divino fosse trocado pelo princípio de que a legitimidade dos governantes agora deveria vir do consentimento dos governados. Apesar de existir uma ruptura com o modelo de intermediação dos homens com Deus, através da Igreja Católica e seus integrantes, apenas no séc. XIX que o darwinismo lançou argumentos que constestavam diretamente o conhecimento religioso em seu documento principal, a Bíblia, separando ainda mais a relação entre ciência, homens e Deus. (Sato, 2006)

Para compreender o sentido de nacionalismo e a formação das nacionalidades, deve ser feita uma análise histórica para entender como esse processo se configura como um construto cultural específico de cada região e de cada povo. Depois de criados, estes construtos se tornam “modulares” e passam a assumir diversos graus de autoconsciência em uma gama de territórios sociais, com distintas variações políticas e ideológicas.

Benedict Anderson (2008) propõe a seguinte definição de nação: uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. Alguns termos desta definição necessitam ser explicados: I) a comunidade é imaginada por que, em nenhuma nação, por menor que seja, os

⁴ Fonte: <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=39034#.U9ASuvldXg8> – acessado em 17/09/2013.

⁵ A palavra ‘universais’ não é usada de forma que a cristandade fosse aberta a todos, mas sim que a ideologia cristã era a única aceita no mundo ocidental como correta e que, portanto, deveria ser universalmente difundida. Sato, 2006.

membros desta jamais encontrarão, conhecerão, ouvirão falar ou irão se lembrar da imensa maioria das outras pessoas que fizeram ou fazem parte daquele povo, mas, ao mesmo tempo, possuem uma sensação de comunhão viva entre eles e para com eles; II) é limitada devido ao fato de possuir uma extensão territorial definida, que, ou esbarra em limites naturais, ou possui uma fronteira finita, uma linha imaginária, que separa uma nação de outra; III) é tida como soberana devido ao poder dinástico hierárquico não mais possuir sua legitimidade derivada da vontade divina e que, aliado ao modelo de Held acima descrito, confere poderes àquela extensão territorial sobre si mesma e define regras básicas para a resolução de conflitos contra a soberania entre Estados; IV) por último, é uma comunidade pelo fato de haver entre as pessoas que fazem parte dela um sentimento de camaradagem horizontal, por mais que hajam diferenças sociais entre elas. O nacionalismo exacerbado faz com que muitas pessoas estejam dispostas a matar e morrer pela nação, quando julgam que os valores que fazem parte de sua essência, que, conseqüentemente, estão tão enraizados nestes cidadãos, estejam sendo feridos ou ameaçados de alguma forma.

A imprensa e principalmente o avanço do modelo capitalista tiveram um papel importantíssimo na formação das nações e do sentimento de nacionalismo, segundo Anderson. A indústria editorial teve um crescimento de proporções magníficas entre os séculos XVI e XVII em toda a Europa e tal crescimento foi influenciado ao mesmo tempo pela busca do setor editorial por novos mercados consumidores e devido à Reforma Protestante, que instituía a tradução da Bíblia para as mais diversas línguas vernaculares, de modo que os fiéis não mais dependessem dos representantes da igreja para ter acesso às escrituras sagradas. A quebra de vínculos tão estreitos com a igreja contribuiu em boa parte para que os preceitos humanistas fossem postos em prática. Tais preceitos, de acordo com Anderson, ressuscitaram a vasta literatura da Antiguidade pré-cristã e divulgaram-na através do crescente mercado editorial. A fixação das teses de Martinho Lutero na porta de uma igreja de Wittenberg, em 1517, foram traduzidas e impressas em alemão e rapidamente haviam alcançado boa parte do público letrado em alemão, sendo que cerca de 1/3 das obras produzidas nessa língua entre 1518 e 1525 eram obras suas.

A difusão da imprensa vernacular, ou seja, na língua local de cada território, não estava apenas ligada ao conteúdo religioso, pois alguns monarcas com pretensões absolutistas, mesmo antes da Reforma no século XVI, também estavam interessados em

se lançar para o público crescente que tinha acesso a leitura e transmitia a informação aos que não sabiam ler, logo, a preocupação do Papa, autoridade mais ameaçada dentre todos os líderes da época, que antes da Reforma tinha o poder de instituir e destituir monarcas quase a seu bel prazer, era política além de religiosa. Antes também da Reforma, usava-se a linguagem de vernáculo como língua administrativa, ou seja, uma forma de se comunicar feita por, e para, funcionários da administração pública, isso porque poucos tinham conhecimento suficiente de latim para que este fosse visto como uma língua universal. Não apenas não era, como nenhum governante tinha a pretensão de dominá-lo e difundí-lo como sendo um produto exclusivo do seu território de origem e que deveria ser absorvido e disseminado também para fora de suas fronteiras. A medida em que a linguagem vernacular escrita foi se transformando em língua oficial, a comunidade imaginada cristã foi perdendo seu poder, mas essa transformação não foi de forma alguma um fato consumado sistematicamente, sendo seu processo gradual e inconsciente.

Sobre o crescimento cada vez mais acelerado da editoração e da busca de mercados do sistema capitalista, Anderson define ainda que de três maneiras as bases para o nacionalismo são lançadas. A primeira encontra-se no fato de que a língua impressa estava abaixo do latim, que poucas pessoas tinham conhecimento e domínio, mas acima da linguagem vernacular falada. Este fato filtrou as pessoas em grandes grupos de conhecimento linguístico, cuja fala se aproximava cada vez mais da forma escrita; logo, o segundo aspecto está ligado à fixidez da língua, que lhe confere um caráter de antiguidade “essencial à ideia subjetiva de nação” (Anderson, 2008); em último lugar, o capitalismo tipográfico criou línguas oficiais diferentes dos vernáculos administrativos anteriores.

A criação de um sentimento de nacionalidade está, portanto, plenamente unida com a busca de mercados do capitalismo, o crescente sistema editorial e a melhora na tecnologia de produção de livros, que se torna cada vez mais rápida. Estes fatores são responsáveis por uma alteração gradual da forma de comunicação falada entre pessoas de vários territórios, que tende a se equiparar com a forma escrita vernacular e que, portanto, inclui ou separa pessoas que irão se incluir em uma ou outra comunidade imaginada.

No séc. XVI, um novo horizonte se abria com as grandes navegações e a descoberta de territórios onde antes nenhum europeu havia estado. As Américas, que, apesar de serem um território já povoado por diversas tribos indígenas, possibilitavam a expansão do sentimento de nacionalismo – ao modelo europeu –, à medida em que ia sendo colonizada. Os povos que aqui se encontravam não tinham condições de combater os estrangeiros, seja pela falta de armamento, seja pela falta de defesa contra doenças trazidas do “velho continente”, seja por inicialmente terem confiado nos visitantes, que possuíam artigos manufaturados e peças que antes jamais haviam sido vistos e que eram trocados por aquilo que os europeus necessitavam. Não irei a fundo nas especificidades da colonização de cada território das Américas, mas vale ressaltar que muitas cidades foram criadas aqui com o nome de cidades novas, por exemplo, Nova Iorque, e que não possuíam o intuito de separar-se da metrópole para surgirem como algo inteiramente novo, mas para criar um paralelismo comportamental e cultural entre território dominante e dominado. As pessoas que vinham para colonizar, portanto, se sentiam mais ligadas aos hábitos e culturas de sua terra de origem e possuíam aparatos tecnológicos, ideológicos e religiosos capazes de imprimir seu modo de vida aos que aqui se encontravam, sem muita resistência.

Dois acontecimentos em especial marcaram profunda e definitivamente o séc. XVIII. O primeiro deles foi a proclamação de independência das Treze Colônias dos Estados Unidos da América, em 1776, que possui sua importância devido ao fato de ser uma república, algo que era tido como um fato absolutamente inédito, além de ser também um Estado de inclinação majoritariamente, se não totalmente, protestante. O segundo fato, e talvez ainda mais importante que o primeiro, foi a Revolução Francesa em 1789, onde a nação em torno de valores sociais advindos primariamente dos costumes e tradições de uma minoria aristocrática e da monarquia, conhecida como Antigo Regime, foi derrubada pela burguesia, que pregava os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, propagados aos mais diversos cantos do mundo e que tomaram forma como rebeliões e processos de independência de vários países ao longo do séc. XIX. Além destes dois acontecimentos, que creio terem influenciado de forma política e filosófica as nações do mundo ocidental, recentes ou antigas, a chamada Revolução Industrial, na transição do final do séc. XVIII até aproximadamente a metade do séc. XIX e que teve seu pioneirismo na Grã-Bretanha, contribuiu ainda mais para a afirmação do sentimento de nacionalismo por criar as condições de expansão do

capitalismo, ao transformar a produção artesanal em manufaturada e continuamente elevar a produção em larga escala, com forte atuação especialmente na área de transportes e firmando ainda mais a linha editorial, com jornais publicados em série como parte integrante da civilização humana⁶, tão importante no desenvolvimento de tais comunidades imaginadas chamadas nação.

Tanto a noção de soberania quanto a de nacionalismo estão relacionadas com o caso Battisti em vários graus. Como veremos no próximo capítulo, tanto políticos brasileiros quanto italianos declararam que a soberania de um ou outro Estado estava incluída no caso do ativista italiano, uns alegando que a permanência deste em solo brasileiro era uma atitude soberana por parte do Brasil e outros dizendo que a Itália teve sua soberania quebrada quando tal decisão foi proferida. Por atitude soberana, entende-se que um país tomou uma decisão referente ao seu próprio território e população e que seus argumentos prevaleceram, mesmo que seja levado em consideração os argumentos da outra parte, seja ela maior ou menor, com mais ou menos poder.

Quanto ao nacionalismo, o fato de Battisti se incluir em um movimento político que lutava contra a forma de governo na Itália em sua época faz com que ele não se enquadre na comunidade imaginada italiana nos moldes dos que apoiavam aquele governo. Por mais que a língua falada por integrantes de diversos grupos de um país seja a mesma, o sentimento de horizontalidade com aqueles que apoiavam o governo não era o mesmo do grupo onde o ativista se incluía. Podemos pensar, portanto, em uma situação hipotética onde esse sentimento de pertencimento a uma comunidade pode ser encontrado pelo italiano nos países que o acolheram após sua fuga da Itália, inicialmente devido à política extra-oficial de François Mitterrand, quando foi concedido asilo para Battisti na França àqueles que lutaram contra o regime italiano dos chamados ‘anos de chumbo’ e posteriormente no Brasil, onde existe um sentimento ideológico-político forte de reconhecimento entre pessoas que apóiam a causa daqueles que lutaram contra a ditadura militar no Brasil onde o italiano poderia buscar apoio à sua causa.

⁶ Anderson, p. 265.

1.2. Indivíduos e Pessoas

Nenhuma nação do mundo pode ser constituída apenas por instituições, pois precisa de pessoas físicas que irão, inicialmente, criar sistemas de pensamento abstratos, fundados na razão, princípio básico que nos permite viver em sociedade e de onde derivam as leis, a justiça e o próprio Estado. Não pretendo entrar no mérito de se e quando se deu o início do contrato social que diferenciou os homens de animais, onde era experimentado um estado de guerra de todos contra todos, se foi na família, como expressa a teoria política de Edmund Burke, ou se na criação do Leviatã de Thomas Hobbes, que depende inteiramente do acordo entre todos os indivíduos de uma comunidade na forma de um contrato social que transfira para uma criatura a capacidade de governá-los para que sejam evitadas injustiças e desvios de conduta por parte daqueles sujeitos. No entanto, é de extrema importância salientar que o agente básico de tal mudança de situação política ocorreu através da atuação de indivíduos, sujeitos que se reconheceram como iguais de alguma forma e passaram a viver em comunidades de auto-ajuda com a finalidade de auto-preservação e que acabaram por criar algo além da individualidade, algo muito além da mera associação com fins de procriação e necessidade biológica de sobrevivência.

Durkheim diz que a análise sociológica deverá basear-se primordialmente não nos fatos isolados dos indivíduos, mas na coletividade, que produz algo superior e externo a cada um dos sujeitos que compõem um grupo e aparece na forma de fatos sociais, ao mesmo tempo intrínsecos a cada indivíduo e externo a eles. Os desvios de conduta são, portanto, vistos como anomalias que são tratadas através da coerção social, ou seja, de um tipo de reação negativa por parte da grande maioria da sociedade, que assume um conjunto de hábitos, costumes e valores morais como sendo parte de um limite considerado aceitável.

Complementando os estudos de Durkheim, que analisa a sociedade como um todo em detrimento da análise do comportamento individual, Marcel Mauss introduz a discussão sobre a maneira como o indivíduo vai além da presença singular como parte de um todo ao introduzir o conceito de *pessoa* e sua formação desde as sociedades indígenas americanas até a formação da pessoa psicológica. Tal conceito é muito importante para compreendermos como um único sujeito pode desencadear uma série

de fatores que irão interferir na relação de soberania entre dois Estados, especialmente na classificação final de Mauss, pois a condição de pessoa como um ser psicológico é que a relaciona com a comunidade imaginada chamada nação.

A caracterização do indivíduo como pessoa não apenas revela a característica do eu, corpo físico, mas também da sua individualidade espiritual. Não existe uma tribo ou uma língua onde as categorias eu-mim não tenha surgido e não tenha exprimido algo nitidamente representado (Mauss, 2003). A abordagem de Mauss, no entanto, não está situada no contexto linguístico, onde as diversas representações da palavra, seus pronomes e sufixos que a representam operam uma representação da realidade que se quer exprimir; como também não se trata de uma abordagem psicológica, onde o “eu” remete à personalidade consciente como tal. Sendo assim, a problemática aqui está situada em torno do contexto histórico sobre como surgiu a noção e o contexto do “eu” nas mais diversas épocas em que foram criados, de acordo com a religião, a sociedade local, as leis e representações jurídicas, costumes, estruturas sociais e mentalidades.

A análise do conceito de pessoa por Mauss inicia-se com a descrição da forma como se mescla o personagem com o seu lugar na ordem social na organização dos Pueblos Zuñi. Tais comunidades indígenas, situadas na região da Meza mexicana, possuem seus nomes dados de forma relacionada ao totem tribal. No entanto, não é apenas o nome da entidade representativa que irá definir a condição social sob a qual nasce e vive uma pessoa. Existe uma categorização do nome de acordo com partes do corpo do totem representativo que irá definir se aquela pessoa é do norte, sul, leste ou oeste e que irá situar essa pessoa como sendo mais ou menos importante em seu contexto social, de acordo com a variação do nome da entidade representativa que qualifica tal pessoa. Sendo assim, é quase impossível que um índio desta região chame ao outro de irmão, pois ele estaria invalidando de alguma forma sua própria posição social ou aquela do outro.

Caracteriza-se assim, portanto, a primeira imagem que o autor passa da noção do “eu”, atrelada ao nome que se dá a cada personagem e à sua função social na tribo, seu lugar como dominador ou dominado (com isso entende-se não que haja uma dominação em termos de poder, mas em termos qualitativos do papel que a pessoa exerce no grupo) e de onde se espera que determinados atos venham a ser desempenhados por aquele personagem dentro daquele contexto (o tribal), bem como do papel daquele personagem

frente aos indivíduos de outras tribos que se inserem naquele território e que reconhecem tal diferenciação.

O caso dos índios americanos nos dá uma ideia inicial da concepção de “eu”, de pessoa, onde esta se liga à forma como um personagem passa a definir suas atitudes em seu contexto, durante a prática ritualística que em muito se funde ao social, às questões religiosas e posições jurídicas que esse personagem pode ou não desempenhar. Além da representação totêmica, que indica a tribo, função e posição social de uma pessoa através de seu nome, é importante perceber que os nomes estão ligados aos antepassados das pessoas. Tais antepassados são representados através de danças, rituais e cantos, e indicam tanto a continuidade comportamental dos vivos em relação aos mortos quanto destes para com os vivos. Os mortos ainda servem de intermediadores na relação dos vivos com os espíritos, entidades e deidades, tão importantes para os povos ditos primitivos na divisão social da tribo. Para entendermos um pouco mais sobre a importância que o nome possui com a relação entre vivos e seus antepassados, podemos olhar inclusive para a China antiga, onde a ordem dos nascimentos, a hierarquia e o jogo das classes sociais fixam os nomes. A pessoa dessa sociedade possuía sua individualidade contida em seu *ming*, seu nome, mas este nome não pertence apenas a ele, pertence também a uma coletividade. Seu antepassado correspondente o usou, assim como voltará a usá-lo o decendente do portador, dando a noção de continuidade da família e de sua posição social e seus atos que se estabeleceram no tempo de forma positiva ou negativa, sempre a reafirmar e reinserir aquela pessoa naquela sociedade.⁷

Diferente dos chineses, os romanos – ou, valendo-me de um termo ainda melhor e mais abrangente, os latinos –, deram ao termo *pessoa* uma noção que vai além do elemento de organização, além de um nome, ou de um direito a ocupar o lugar de um personagem em um ritual e utilizar uma máscara. A *persona* latina é um fato fundamental ao direito. Os povos latinos, ou seja, da região do Lácio e da Etrúria, incluindo-se aí Roma e suas redondezas, possuíam o costume de confeccionar máscaras representativas onde os atores se enfeitavam conforme os nomes que traziam, costume muito parecido com o de tribos indígenas americanas, australianas e da região polinésia descritos tanto por Mauss quanto por Malinowski e outros cientistas sociais que se dedicaram ao estudo de populações afastadas da civilização europeia. A palavra pessoa

⁷ Mauss, p.384.

(*personae*), estava ligada especialmente ao uso de máscaras e nomes, direitos a ritos e privilégios. Apenas os cidadãos podiam usar esses símbolos representativos, pois eles possuíam tanto o direito ao *nomen*, *praenome* e ao *cognomen*, o primeiro representando o caráter sagrado da *gens* (aquele povo); o segundo como indicador da ordem de nascimento do antepassado que o usou; e por último o sobrenome, que se confundia com a máscara de cera moldada sobre a face e que representa a pessoa do ancestral morto e conservado no vestíbulo da casa de família. Os escravos não tinham direito a tantas nomeações por serem considerados como não tendo um passado, ou seja, seus antepassados são ignorados por serem considerados inferiores e excluídos da ordem de classificação social, sem *status* e, conseqüentemente, não dignos de serem classificados como *persona*, nem mesmo donos de seus próprios corpos, mas sim de suas almas, onde o cristianismo representou um passo importante para sua inserção na sociedade.

Antes de entrar no mérito da cristandade, que irá complementar o sentido metafísico da pessoa, deve-se ter em consideração a moral inserida principalmente com a ajuda dos estóicos e algo tão importante para o direito. Sem o caráter moral do comportamento é impossível iniciar o esforço de criação de códigos de conduta social, posteriormente transformados em códigos legais, que irão determinar até onde uma atitude transgride o limite daquilo que deve ser punido. Esta moralidade já era estudada pelos romanos antes mesmo de ter início a era cristã com a educação dos jovens romanos sobre os pensadores gregos da antiguidade. Com isso, acrescenta-se cada vez mais um sentido moral ao sentido jurídico, onde o ser é consciente, independente, autônomo, livre e responsável por seus atos. Segundo Mauss, às funções, honrarias, cargos e direitos, acrescenta-se a pessoa moral consciente.⁸ A consciência de si, através da moral estóica, adquire a forma de “consciência do bem e do mal” e faz do indivíduo uma pessoa moral, responsável por um exame de consciência de suas atitudes e das atitudes do personagem que esta assume perante outros membros da sociedade.

À medida em que o sentido de pessoa moral se torna claro e penetra de forma a se tornar natural aos indivíduos, pouco antes da virada para a era cristã e logo no começo dela, a moralidade contida no indivíduo que representa uma instituição passa ao próprio cargo ocupado por ele e logo também tais instituições passam a serem vistas como pessoas morais. A pessoa humana passa então a fazer parte da pessoa institucional

⁸ Mauss, p. 391.

religiosa cristã através da união daquele corpo físico com o corpo e espírito de Cristo, que por sua vez representa três entidades em uma – Santíssima Trindade, com representação tanto da pessoa humana quanto divina, sendo que é da noção de *uno*, união de vários elementos em uma unidade, que a noção de *pessoa* cristã é criada. A pessoa, substância racional e indivisível, é então uma fusão de corpo e alma, consciência e ato, em apenas um ser.

Séculos após a concretização do pensamento filosófico cristão e da noção de pessoa ligada à pessoa divina é que os atributos da alma começam a ser contestados e teve início a extensão da categorização do Eu como ser psicológico. A Reforma Protestante novamente passa a ocupar uma situação de destaque ao abalar o sistema religioso católico e dar maior atuação ao homem e sua ligação com Deus, cada vez mais desvinculada de intermediários, como padres e outros representantes da Igreja. Descartes, no séc. XVII, contribui bastante com seus estudos filosóficos sobre a função da alma e do pensamento discursivo. O pensar, inclusive, está contido na famosa frase “penso, logo existo”, que é a base da filosofia de Descartes. O corpo aqui não passa da dimensão física e representação humana da alma, sendo ela capaz de produzir o sentido de realidade onde se encontra cada pessoa. Para Mauss, no entanto, o problema da pessoa que é apenas consciência encontrou uma solução mais bem fundada nos movimentos sectários dos séc. XVII e XVIII, onde as questões de liberdade individual, da consciência individual, do direito de comunicar-se diretamente com Deus e de ser um sacerdote para si mesmo se intensificaram até que houvesse uma distinção e ruptura cada vez maior entre poder secular e espiritual. Por fim, foi Kant quem colocou a questão do Eu como categoria, sem apresentar uma solução, mas que firmou a base para que Fichte⁹, durante o séc. XIX, pudesse fundar a ciência e ação sobre o “Eu”, fazendo desta categoria a condição da consciência e da ciência, da Razão Pura.

De acordo com Mauss, o conceito de pessoa, até que chegasse à sua forma atual, passou de uma máscara a um personagem, de um personagem a um nome de um indivíduo; deste a um ser com valor metafísico e moral; da consciência moral a um ser sagrado, unido a Deus; e daí a uma forma de consciência psicológica da noção de pessoa, que leva em conta sua consciência individual e sua ação. Essa evolução conceitual do Eu até que se chegasse à *pessoa psicológica* de Mauss, irá, segundo

⁹ Johann Gottlieb Fichte, filósofo alemão. Foi um dos fundadores do movimento idealista alemão.

Roberto DaMatta (1997), confluir para a noção de indivíduo como valor, muito estudada por Dumont (2000). Ao estudar o individualismo e a noção de indivíduo, da modernidade aos dias de hoje, Dumont (2000) inicia sua tese através da noção de que o indivíduo é um valor e, como tal, é dotado de atributos, como a igualdade. Porém, em cada sociedade as pessoas irão possuir sistemas de valores diferentes, sendo extremamente importante levar em conta os *níveis de reconhecimento* desses valores. É possível que duas sociedades possuam dois tipos de valores iguais, A e B, mas quando uma favorece mais o valor A e a outra o valor B, criam-se divergências de comportamento individual nos seres humanos daquelas duas sociedades. Nas palavras de Dumont, a hierarquia interna da cultura é essencial para a comparação entre duas sociedades.

Dumont não considera que o indivíduo esteja separado da coletividade, sendo que categorias que poderiam ser consideradas opostas, como o nacionalismo e o individualismo, para o autor são complementares. O nacionalismo está historicamente vinculado ao individualismo como valor e, da interdependência entre os dois, surge a teoria de que uma nação é a sociedade global composta de pessoas que se consideram como indivíduos.

Ao invés de buscar seus dados analíticos observando o comportamento de grupos de indivíduos ou destes isoladamente, Dumont baseia-se na literatura já escrita sobre o tema por considerar a dimensão histórica essencial, visto que sua análise sobre o individualismo têm início na modernidade, provavelmente após a confecção dos tratados de Locke, considerada por ele a ata de batismo da propriedade privada, e através da filosofia política de Hegel, onde o Estado está ligado à *comunidade*, termo que se diferencia da sociedade civil de antes da modernidade. Retornando aos autores sobre o individualismo, Dumont dirá que estes possuem ideias que se unem em conjuntos, que irão variar de autor para autor, mas que, postas em perspectiva, não variam de todo em todo, sendo possível, portanto, extrair as generalizações a serem feitas sobre o indivíduo em diferentes sistemas. É o caso do conjunto de reportagens sobre o caso do ativista italiano, que surgem tanto de forma a apoiá-lo, quanto para criticar a permanência deste indivíduo, carregado de valores e ideias pessoais, em território nacional. Deste conjunto de discursos podemos tirar as ideologias por trás do caso, ou ao menos uma breve análise de como variam os discursos sobre a imagem da

nação e suas mudanças ao longo do tempo, sendo vistas de formas diferentes interna e externamente.

De onde provêm, no entanto, os valores na sociedade contemporânea e no plano da ideologia? A resposta do autor parte do pressuposto de que alguns desses valores ainda subsistem da pré-modernidade, como, por exemplo, a família, mas o que ocorre primariamente é que o emprego de valores individuais a partir do séc. XVIII desencadeou uma dialética complexa onde tais valores individuais misturam-se sutilmente a seus opostos, os valores coletivos, em um ciclo de substituição de valores. No plano cultural, os valores e ideias individualistas da cultura dominante são difundidos aos mais diversos locais e sofrem suas devidas transformações e adaptações de acordo com os costumes daquela região, gerando novas formas que, por sua vez, irão voltar para a cultura dominante e que se mostrarão como elementos modernos de pleno direito. Isso gera um processo de aculturação, onde os valores dos diferentes grupos que coexistem integram-se em um processo cumulativo. Com isso, no entanto, o plano das ideologias não diminui. Para Dumont, a acumulação de elementos heterogêneos faz com que as ideologias se fortaleçam e caminhem progressivamente ao totalitarismo, onde individualismo e holismo¹⁰ se unem.

Roberto DaMatta fará uma comparação entre *indivíduo* e *pessoa* no plano do Direito partindo de uma diferença básica entre eles: indivíduo leva em conta uma igualdade no anonimato, ou seja, quando não são levadas em conta diferenças entre padrões hierárquicos, algo que é determinante para o conceito de pessoa e onde aquele que possui maior *status* pela posição social que ocupa, ou pela quantidade de recursos disponíveis para si, possui precedência sobre pessoas menos providas dos mesmos. Como já foi dito, sociedades diferentes possuem valores diferentes ou hierarquias diferentes de valores. No Ocidente, o indivíduo pode ser estudado como categoria e unidade filosófica, jurídica, política, social, econômica e religiosa, no entanto, em regiões como a estudada por Dumont, a Índia, onde o princípio da hierarquia envolve um conjunto ritualístico de comportamento e precedência entre todos os indivíduos durante o cotidiano; o indivíduo tende a ser visto apenas em sua existência empírica, natural. O que predomina em um sistema como o indiano, de castas, não são as

¹⁰ Dumont, pág.279. HOLISMO: designa-se como holismo uma ideologia que valoriza a totalidade social e negligencia ou subordina o indivíduo humano. Na concepção holística, o todo é maior que a soma das partes.

vontades e ideias de cada indivíduo, mas sua participação em sua classe se complementando com a dos indivíduos de outras classes, cada um desempenhando o papel que lhe cabe e que é ensinado desde o momento de seu nascimento. Essa oposição entre individualismo ocidental e indivíduo subordinado à classe começa a se tornar cada vez menos acentuada à medida em que o mundo se torna mais integrado e que pessoas de diferentes partes do globo começam a compartilhar seus valores individuais e ideias, formando novas ideologias.

De acordo com DaMatta, no entanto, apenas a sociedade ocidental tomou o *indivíduo* como ponto central de sua elaboração ideológica, apesar de Mauss já ter afirmado que não houve nenhuma sociedade, em nenhum momento da história, onde o ser humano não tenha tido o sentido de sua individualidade, espiritual e corporal. Mesmo após os estágios da noção do “eu” como pessoa terem passado pelas fases descritas por Mauss, o patamar final descrito por ele ainda não é o ponto terminal do conceito de indivíduo, ou, melhor dizendo, da pessoa psicológica como ser individual. Quando se dá ênfase ao “eu individual”, DaMatta define que este ser é capaz de pretender à liberdade e à igualdade, sendo que o poder de optar e escolher são seus direitos fundamentais. Nesta concepção, voltada à noção de *indivíduo*, a sociedade deve estar a serviço de cada um e a parte é mais importante que o todo.

Na outra vertente, a do indivíduo natural, predomina a ideologia da não igualdade, ou do não paralelismo de igualdades, onde a complementaridade de cada grupo forma o todo, que apenas existe se todos os grupos existirem. Este é o caso do holismo, onde o todo se sobrepõe à soma das partes e onde o indivíduo deve estar a serviço da sociedade. Tal vertente é correspondente à noção de *pessoa* e leva em conta a existência de níveis hierárquicos.

Apesar dessa separação conceitual dos termos, a coexistência de ambos gerando uma dialética é que irá fundamentar o estudo de DaMatta. Se o termo *pessoa* se faz presente em sociedades tradicionalmente hierárquicas e holísticas, onde geralmente existe um ritual de passagem que inclua o indivíduo no seu respectivo grupo social sem sua prévia autorização, mas por obrigação, o mesmo não acontece em sociedades individualizadas. Quando se olha para sistemas onde não existem segmentos, mas sim associações livres e espontâneas, o lugar do *indivíduo* está situado em uma totalidade conhecida como *nação*. Dentro das nações, a igualdade entre indivíduos pode ser

quebrada quando certos grupos exógenos passam a fazer parte dela, por exemplo, comunidades judaicas, italianas, chinesas, etc., que vivem em regiões do ocidente que privilegiam a liberdade individual e igualdade entre todos os cidadãos, mas seguem a hierarquia e os costumes de seus grupos. Por mais que as pessoas dessas comunidades sejam indivíduos iguais perante a lei daquela nação onde se encontram, o indivíduo torna-se progressivamente uma pessoa à medida que sua relação com aquele grupo hierarquicamente definido se estreita. Outra forma de diferenciação entre indivíduos e pessoas pode ser encontrada quando alguém, seja através do sucesso pessoal financeiro, ou através do mérito nos estudos e trabalho, passe a ocupar um lugar de prestígio dentro daquela sociedade e passa, portanto, a possuir precedência frente os que não alteraram sua posição social. Especialmente no Brasil existem, inclusive legalmente, diferenças de tratamento entre o que chamo de comuns, os *indivíduos* que compõem a grande massa da população e que estão sujeitos às mesmas regras morais e jurídicas, e os notáveis, *pessoas* que possuem foro privilegiado por serem políticos, líderes religiosos, militares, entre outros¹¹.

A diferenciação entre *indivíduo* e *pessoa* possui relevância ao caso Battisti na medida em que se torna evidente o fato de existir um conjunto de hierárquico de regras morais e valores onde alguém está incluído ao praticar seus atos. Ao praticá-los, a pessoa deve possuir consciência de que haverão aqueles que irão apoiá-lo enquanto outros irão discordar de suas práticas. Após nos “descobrirmos” como pessoas psicológicas e dotados de individualidade própria, que reconhecem sua existência em um corpo, bem como a de outras pessoas em seus próprios corpos, e que estas raciocinam, ou seja, fazem uso da razão para reconhecerem categorias taxonômicas de classes, Estado, leis, interpretações abstratas de conceitos e análise de fatos concretos do cotidiano, percebemos também os grupos que concordam conosco e quais discordam, quais são suas ideias e as transformações das mesmas quando estas coexistem para formar algo maior, como as ideologias e as diferentes concepções da imagem nacional. Battisti certamente buscou asilar-se em locais onde haveria no mínimo um grupo de outras pessoas que concordassem com sua versão dos fatos e sua ideologia e o

¹¹ O texto *Igualdade à brasileira: cidadania como instituto jurídico no Brasil*, de Regina Lúcia Teixeira Mendes, aponta as diferenças entre duas formas distintas do Direito no Brasil: uma que informa o discurso e outra que informa a prática jurídica. Essa diferença existe justamente devido a existência de foros legais privilegiados para os indivíduos dos grupos indicados.

abrigassem e o grupo que o fez de forma a atender seu pedido é constituído de pessoas no topo da hierarquia social e que influenciam diretamente a imagem nacional.

Nos moldes da teoria sobre o sentimento nacionalista de Anderson, Battisti teria, portanto, buscado o melhor módulo ideológico em uma comunidade de pessoas, ou seja, aqueles que seguem uma hierarquia e estão no topo dela, e que compartilhem de sua ideologia. Aqui ocorre a transição entre *indivíduo* e *pessoa*, pois Battisti, ao chegar ao Brasil e ter sua prisão decretada, estava sendo tratado como um indivíduo que, por ter cometido um crime, estaria em condição de igualdade a qualquer brasileiro e, portanto, deveria ser submetido aos critérios da lei. No entanto, após o caso ter ganhado peso na mídia e evocar identidades entre Battisti e representantes do governo Lula que também possuem experiência em luta armada, o caso Battisti deixa de ser um caso como qualquer outro para se tornar único, hierarquicamente superior aos demais, envolvendo disputas de soberania entre Estados e a discussão sobre as interpretações acervo do acordo de extradição assinado por Brasil e Itália no final da década de 1990. Tal hipótese será desenvolvida mais adiante durante a apresentação do caso e sua repercussão.

1.3. A dádiva e a precedência na relação entre pessoas e entre países

Por mais que o princípio de soberania tente equiparar Estados nacionais e diga que não devam ser levadas em conta assimetrias de poder entre eles, tais assimetrias são parte inevitável das relações entre os países, mesmo quando estes buscam o mesmo objetivo. Elas podem ser observadas claramente quando analisamos regimes de dádiva entre nações, ou de forma mais sutil, quando surgem pequenas diferenças de tratamento entre representantes diplomáticos de diferentes localidades durante um evento oficial de alguma nação, quebrando-se assim as regras de precedência pré-estabelecidas. Daí surge a importância de compreender a teoria antropológica que trata de mecanismos de construção de assimetrias e, para isso, trarei o texto de Mauss (2003) que trata da dádiva e farei referências posteriores aos textos de Kelly Silva (2008) e Lea Tomass (2001), que servem como exemplos de relações assimétricas entre Estados e quebra de precedência entre representantes diplomáticos.

No *ensaio sobre a dádiva*, Mauss descreve alguns sistemas de relação entre tribos, sejam elas norte-americanas, que realizam o *potlatch*, quanto as trombriandesas com o *kula* ***é uma qualidade, não um substantivo***, etnografado por Malinowski, além de outros diversos outros sistemas de clãs australianos, polinésios e melanésios, vivendo em um sistema descrito como um fato social total. O sistema de dádivas consiste na troca de diversos tipos de bens e serviços, além de cordialidades e de honra, o *mana*, e onde predomina a necessidade de *dar, receber e retribuir*. A totalidade dessa prática reside no fato de que as dádivas externalizam e guiam diversos aspectos do comportamento em sociedades de tribos e clãs, internamente e entre estas comunidades: inicialmente, o fator religioso aparece no sistema de dádivas quando se atribui aos objetos que estão sendo ofertados, sentidos mágicos e ritualísticos em diversas ocasiões, como casamentos e celebrações de paz entre tribos, que são situações onde se expressa a conexão entre totens familiares e os artigos que serão dados e recebidos. Cada clã ou grupo percebe o fator místico da dádiva nas trocas de artigos, que provavelmente estará ligado aos espíritos dos antepassados e das divindades, além de estarem ligado também a honra e posição de cada sujeito naquele grupo.

Outro fator que compõe a totalidade do sistema de dádiva remete às questões econômicas. Além do valor simbólico religioso das peças trocadas, alguns objetos possuem valor de troca frente a outros que são necessários à vida cotidiana de outro clã, mas que este não possui capacidade de produzi-los, como ocorre entre duas tribos geograficamente separadas, sendo que uma localiza-se junto ao mar e gera uma grande quantidade de pescados a serem trocados por alimentos plantados em uma tribo situada no continente e que não dispõe de peixes. Ainda relevante para o fundamento econômico desses grupos é a distribuição de artigos dos que possuem mais riquezas, e que geralmente pertencem a um grupo de posição social elevada na tribo, sendo chefes ou pessoas próximas a ele, aos membros menos favorecidos de seu clã. Os ricos têm por obrigação distribuir as dádivas recebidas, pois é visto como um mal sinal a acumulação desmedida de dádivas e influencia em outro elemento do sistema, o sistema jurídico, onde o ato de receber de outros chefes e distribuir entre os seus irá confirmar sua posição dentro daquele grupo, além de tornar “obrigatória” a retribuição na forma de contradádivas. Quando uma pessoa recebe uma dádiva de alguém que está situado acima dele na hierarquia e, por sua vez, a repassa para outro, está confirmando tanto seu

mana pessoal quanto o daquela pessoa que o transmitiu a dádiva inicial, firmando ainda mais a posição de cada um dentro daquela sociedade.

Por possuir uma obrigatoriedade, o sistema de dádivas não é um sistema de liberdade de ação onde impera a lógica meramente mercadológica ou religiosa, mas é também um sistema jurídico, levando-se em conta que as ações entre as pessoas de diferentes comunidades envolvem a noção de moral e existem códigos de conduta a serem mantidos, mesmo não havendo registro oficial escrito deles. O *mana* – honra, ética e moral – de um indivíduo ou tribo situa-se precisamente na reciprocidade deste para com os outros, pois ninguém possui o direito de receber sem dar, ou mesmo de não aceitar aquilo que foi oferecido, e todos possuem o dever de dar depois que se recebe uma dádiva. Nem sempre, no entanto, um objeto irá ser repassado, pois existem certas ocasiões, especialmente no *potlatch* ameríndio, em que o certo é que se destrua um objeto, que não representa apenas um descaso, mas sim uma forma de situar hierarquicamente os grupos em muitos dos casos nas tribos e clãs daquela região. Não é por descuido ou por capricho que se gasta uma quantidade enorme de comida e recursos em banquetes e festas. Esta é uma forma de demonstrar a riqueza e poder dos chefes da tribo a seus habitantes e também às visitas. Também existe aí uma espécie de retribuição pelo trabalho da coletividade quando há excesso de produção do grupo e para se evitar a má fama de ser egoísta e de não querer dividir aquilo que muitos participaram na produção, o que para um chefe seria muito ruim e poderia diminuí-lo, bem como o prestígio de seu clã e sua família.

O sistema de dádivas pode ser percebido também além do contexto tribal, passando por costumes religiosos como a celebração do Natal no Brasil, onde as pessoas trocam presentes e esperam receber mutuamente. Outro exemplo é o tradicional *Thanksgiving*¹² nos Estados Unidos, feriado religioso realizado desde o séc. XVII para celebrar o fim das colheitas e onde celebram-se jantares em família e/ou com amigos, que agradecem a Deus pelas bênçãos recebidas e compartilham experiências positivas ocorridas durante o ano. O Natal e o *Thanksgiving* são exemplos do sistema de dádivas entre indivíduos e pequenos grupos na sociedade ocidental contemporânea, mas, como o caso Battisti envolve dois Estados, devemos nos voltar para a questão da dádiva na comunidade internacional. O artigo de Kelly da Silva sobre a cooperação internacional

¹² Fonte: <http://www.plimoth.org/learn/MRL/read/thanksgiving-history> - acessado em 18/09/2013.

para o desenvolvimento em Timor-Leste atende bem aos objetivos desse trabalho. Este artigo, apesar de ser um exemplo do regime de dívida sendo aplicado em uma situação de cooperação, ao contrário do que acontece no caso Brasil/Itália sobre a guarda de Battisti, deixa explícito as disputas de honra e precedência entre países e situa bem a obrigação da contradívida, que deverá, por sua vez, ser proporcional ao tamanho da dívida recebida inicialmente.

De acordo com Silva, a cooperação entre Estados-nação ocorre por que esses Estados não buscam apenas o socorro a Estados que buscam recuperar-se. Tal cooperação permite também dar *status* político no cenário internacional a países cooperantes, bem como define um caráter identitário nacional dos países doadores, contribuindo para a melhora de sua imagem no cenário internacional e também reforçando sua posição na balança de poder mundial. Como já foi dito, a cooperação dos países para o desenvolvimento em Timor-Leste cria também uma relação de precedência entre colaboradores e receptor, sendo que os colaboradores utilizam o espaço conhecido pela sigla RTLDP – Reunião do Timor-Leste com os Parceiros do Desenvolvimento –, como arena de disputa por uma melhora de sua própria posição a nível global, gerando assim uma forma de competição. A dívida presente possui o caráter que Mauss proferiu como uma “estratégia de relações de poder”, onde se apresentam “táticas relacionadas à construção de vínculos de identidade, aliança e honra entre eles”. Os países que ajudam na recuperação de Timor Leste são chamados *de parceiros do desenvolvimento* e eles oferecem seus recursos a Timor-Leste, que teria, por obrigação, que aceitar e, indiretamente, retribuir, mesmo que não financeiramente devido ao fato de a colaboração ocorrer na forma de doações, mas de formas compensatórias diversas, por exemplo, cedendo a precedência para o país que mais colaborou na recuperação financeira através da maior abertura de mercado para produtos daquele colaborador.

Para compreender a dimensão da dependência que se cria a partir do momento em que um país doa a outro seus esforços, basta olhar para o número imenso de recursos que são enviados pelos *parceiros do desenvolvimento* ao Timor-Leste. Até 2003, cerca de três quartos do orçamento deste país advinham de países que enviavam para lá quantias expressivas de recursos financeiros, tecnológicos e humanos. Os recursos financeiros, apesar de não possuírem obrigação de retorno, fazem com que o país que receba tais recursos fique *moralmente obrigado* a retribuir de alguma forma. Neste ponto têm início o modelo da relação de dívida proposto por Mauss. Esta relação

funciona sob três preceitos obrigatórios já vistos: dar, receber e retribuir. Assim, os recursos acima mencionados que foram enviados ao país em questão criam um intrincado sistema, que nutre forças e efeitos de ordem moral, tanto em quem recebe quanto em quem fornece os recursos. Portanto, o sistema de dádivas não é de forma alguma um sistema de falta de interesses.

A RTLPD possui importância por ser o lugar onde ocorre o evento ritualístico de reforço dos laços já firmados através da AID (Assistência Internacional para o Desenvolvimento) e cujos participantes são constituídos das representações diplomáticas dos países *parceiros do desenvolvimento* e outras entidades que fazem parte como parceiros ativos ou como intermediários de repasse dos recursos, por exemplo, o Banco Mundial, Nações Unidas (ONU), agências de cooperação internacional, entre outros.

Tal ritual inicia-se com um pronunciamento do Presidente de Timor-Leste que é seguido pelo discurso do Representante Especial do Secretário Geral da ONU. O primeiro ponto da reunião é onde o governo timorense irá prestar contas sobre o que foi feito desde a última reunião, além de apresentar estratégias para a implementação do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN); segue-se então uma análise do que foi de fato aplicado e da utilização futura dos recursos ainda por vir; o terceiro e último ponto da RTLPD consiste na apresentação, por parte dos *parceiros*, dos recursos a serem doados e aplicados nos programas do PDN até a próxima reunião. É neste último estágio da reunião que se confirmam as relações de poder no sistema de alimentação e reforço dos vínculos e das disputas entre os parceiros que irão fornecer o dom da dádiva, bem como a obrigatoriedade, por parte de Timor-Leste, de fornecer a contradádiva, ou seja, reforçar o *valor de vínculo* (Godbout, 1999) proporcionalmente ao peso dos recursos disponibilizados por cada um dos *parceiros*.

Cada um dos agentes de maior peso da cooperação internacional, ou seja, os representantes dos Estados-nação, profere seu discurso de forma a elogiar o que já foi feito, citar o que ainda é possível fazer para que Timor-Leste possa se tornar independente da ajuda internacional recebida e, em seguida, apresenta os pontos a serem incluídos na sua quantia de cooperação. A cada fala de representantes de nacionalidades diversas, tal discurso adquire maior tonalidade, a fim de ressaltar a importância dos recursos provindos daquele Estado e que passava, portanto, a reforçar ainda mais a

posição de *status* e acumulação de capital simbólico daquele país frente aos esforços de outros. Consequentemente, aquele Estado passa a ser visto como um agente de maior peso no futuro do funcionamento do país, imprimindo sua cultura e seu *modus operandi*, ou seja, a forma como instituições características do país doador se instala e se reproduz em Timor-Leste, que ainda depende amplamente da ajuda internacional. Essa dependência é reforçada pelo próprio Primeiro Ministro timorense à época do estudo, Mari Bin Alkatiri, que salienta que a cooperação internacional é primordial para a boa condução e implementação de políticas públicas em seu país.

A relação de precedência que ocorre no caso dos países colaboradores na recuperação de Timor-Leste é objeto de discussão na relação dos Estados antes mesmo de começarem a ser vistos como nações sob o ponto de vista de criação destas após a fragmentação e queda do sistema feudal e consequente difusão do capitalismo, em especial entre empresas do ramo editorial pela busca de novos mercados e expansão nos mercados já existentes, além da união definitiva das comunidades em uma forma de linguagem que fosse reconhecida pelas pessoas de um território delimitado, como propõe Anderson. Lea Tomass trata do tema das relações de precedência através da análise histórica das mesmas e da etnografia da cerimônia do Sete de Setembro, realizada anualmente no Palácio do Itamaraty, onde se comemora oficialmente o “nascimento” da República Federativa do Brasil. Nesta cerimônia, representantes diplomáticos acreditados em Brasília, chefes de estado e respectivos cônjuges são convidados ao Itamaraty para uma cerimônia que conta com a presença do chanceler brasileiro e do Presidente da República em função. A precedência de cada um desses representantes é determinada pelo tempo que este se encontra acreditado na função de representante estrangeiro em nosso território, a fim de que esta relação ser o mais igualitária possível, não devido a importância que um país ocupe na comunidade internacional devido ao seu poder militar ou econômico, evitando-se assim uma situação de desigualdade jurídica. Tomass aborda o tema da precedência nas relações internacionais através de uma perspectiva histórica que se inicia ao final da Idade Média para chegar a essa situação de suposta igualdade dos dias de hoje.

Logo após o fim da Idade Média, a precedência em qualquer relação entre Estados não estava reservada ao representante de uma nação ou a um monarca, independente de quanto seu território fosse grande em poder ou recursos financeiros; era o Papa, representante máximo da Igreja Católica, visto como o herdeiro de São Pedro e

representante de Deus na Terra, quem possuía precedência sobre qualquer outro líder secular. Tamanho reconhecimento fazia com que ele fosse o “guardião do direito internacional”, portanto, personagem de grande poder, apto inclusive a determinar a relação de precedência entre monarcas, mesmo que a disputa que houvesse entre eles não envolvesse diretamente o Vaticano. Hierarquicamente abaixo do poder papal estava o poder do governante do Sacro Império Romano-Germânico, este por ser o herdeiro do poderio acumulado através do crescimento e expansão de Roma e cuja queda tornou possível a criação dos feudos e, posteriormente, a união de feudos fragmentados em Estados Modernos.

Não era estranho, portanto, que houvesse disputas de precedência entre dois ou mais representantes de locais distintos quando se tratava de algum evento na corte de um Estado. Assim, a sociedade da época era fatalmente uma sociedade cuja hierarquia era um fato social relacionado à manutenção da corte local e aos representantes de outros reinos; a honra seria, portanto, o princípio ideológico que define a posição de cada um dos agentes que compunham esse grupo privilegiado. À medida em que os Estados vão consolidando seus domínios territoriais e também se consolidando nas mentes daqueles que se reconheciam como parte de um território e de um povo, o poder dos monarcas, em especial o francês e inglês vão se expandindo e tomando forma de modelo absolutista, que acirra a disputa entre estes líderes pela hegemonia mundial, consequentemente diminuindo a notoriedade do poder papal e do imperador do Sacro Império. O desenvolvimento de novas rotas marítimas e a Reforma Luterana, que transferia gradualmente para o povo o poder de interpretação da palavra divina contida na bíblia, aparecem como cruciais na disputa pela precedência. Essa diminuição de poder papal e dos demais representantes e apoiadores da Igreja Católica será importante para determinar como o comportamento social na corte passa a ser cada vez mais próximo aos próprios hábitos do rei, especialmente no caso de Luís XIV, que reinou durante a primeira metade do século XVII. O rei da Inglaterra não conseguiu concentrar tanto poder por ter seu próprio poderio diminuído pelo parlamento, o que não aconteceu na França. Ali, os rituais cotidianos dos membros da corte eram mais parecidos com os do monarca de acordo com a *status* que cada pessoa possuía, sendo que os que se encontravam nas posições sociais mais elevadas tinham um comportamento mais parecidos e adequados aos comportamentos do próprio rei e eram tratados por este de

forma mais ou menos condizente com sua posição, o que concretizava sua importância frente aos outros membros da corte.

Ocorreu, em 1760, uma tentativa da coroa portuguesa de determinar a precedência em um evento oficial, o casamento de Dona Maria com seu tio, o Marquês de Pombal, através da prerrogativa de ordem de recebimento das credenciais dos países após estes serem comunicados e convidados oficialmente para o evento, salvos os lugares do Papa e do Representante do Sacro Império. Tal tentativa fracassa após resposta do representante do governo absolutista francês, que diz que sua posição não pode ser diminuída devido à antiguidade da nobreza daquele que ocupa o cargo principal de poder, o rei. Assim sendo, não seria possível que a nova proposta de precedência se fixasse, cedendo lugar à precedência tradicional.

Apesar da resposta francesa reivindicar a aceitação da hereditariedade do monarca, outro fator estava em jogo ali, a soberania daquele Estado, cuja validade não estava mais atrelada a nenhuma ordem superior, logo a contestação da precedência papal, pois os valores soberanos haviam sido definidos pelo Tratado de Westphalia em 1648 e a já combalida imagem do poder secular unido de forma inseparável aos que tem maior “influência” com a autoridade divina por ser um membro da Igreja caía por terra, mais ainda não de forma absoluta. O quinto ponto da definição de Held para o conceito de soberania que havia sido firmado após a Guerra dos Trinta anos situa claramente a importância da igualdade jurídica entre os Estados ao afirmar que as leis não levam em conta as assimetrias de poder entre os Estados, reforçando a importância da precedência igualitária.

Mesmo após a Revolução Francesa (fim do séc.XVIII) e a disseminação dos valores de igualdade, liberdade e fraternidade, aliados aos valores do individualismo, crescentes desde a Reforma Luterana, os princípios liberais ainda estavam em grande parte controlados por uma elite aristocrática que se baseava no princípio da honra, que justificava sua posição através de gerações, e não no princípio da dignidade, que coloca a todos no mesmo nível, desde que este execute sua função social de modo a validar sua posição, ou seja, confirmando ser digno frente aos demais grupos que compõe a sociedade. Somente após outras dezenas de anos após a Revolução Francesa é que a honra dos que se mantinham no topo do sistema hierárquico passa a ser questionada, pois surge gradualmente uma cobrança por maior participação no jogo político por

camadas inferiores da sociedade. Através do jogo político internacional e das crescentes lutas em prol da democracia, ocorre uma troca do conteúdo ideológico pré-revolucionário para dar lugar a um sistema articulado pelo direito internacional positivo, resultando no chamado “concerto europeu”, no séc. XIX. Esse iria, pela primeira vez, apresentar uma tentativa de representação da precedência igualitária no campo das relações entre os países mais de acordo com os princípios básicos de igualdade entre os Estados Soberanos do Tratado de Westphalia, mas falhou por sustentar majoritariamente a vontade dos países que dominavam a exploração territorial mercantilista global. O que valia de fato era o poder econômico, responsável por manter o contato entre Estados cuja pretensão era a hegemonia global e que possuíam interesses comuns em certas localidades, tornando cada vez mais acirradas as disputas entre Estados para se sobrepor ao concorrente. O fator econômico era, portanto, o principal responsável pelo equilíbrio da balança de poder entre os Estados europeus, com maior destaque para a Inglaterra, maior potência mercantilista à época. Essa paz relativa se manteve até o início da Primeira Guerra Mundial.

Todo este período que vai do final da Idade Média, entre os séculos XV e XVI, até o início do século XX, é marcado pelo crescimento cada vez maior de territórios soberanos, devido ao descontentamento com os territórios colonizados. No entanto, a possibilidade de um país novo se lançar no comércio mundial de forma independente dificilmente chegava a acontecer, visto que países de criação recente sempre dependiam de uma grande potência para se estabelecer no cenário internacional. Somente após a Primeira e a Segunda Guerra é que muitos países passam a se tornar independentes de fato, se aproveitando, na maioria das vezes, da falência econômica das grandes potências e dissolvimento de impérios, como o Otomano e o Áutro-Húngaro e, posteriormente, a União Soviética. Quando ocorre esta enxurrada de criação de novos países é que o sentimento de dignidade assume sua posição mais consolidada, na forma de movimentos nacionalistas. A dignidade passa, portanto, a ser um valor aclamado mundialmente por todos aqueles que se sentem como parte de um todo bem determinado, com um limite geográfico e cultural de certa forma bem definidos. Segundo Berger (1983) *apud* Tomass (2001) “foi justamente a concepção compartilhada da condição de dignidade humana que desencadeou o desenvolvimento de uma sensibilidade jurídica específica no ocidente, que abrangeu concepções de direitos civis, políticos e sociais que culminaram na elaboração da Declaração Universal

do Direitos Humanos, elaborada pelas Nações Unidas, após a Segunda Guerra Mundial.”

No ano de 1815, ou seja, 55 anos após a proposta de organização de precedência quando da ocasião de casamento do Marquês de Pombal, é que ocorre um esforço de organização da precedência entre representantes diplomáticos dos Estados e que é devidamente registrado no “Regulamento de Viena sobre a precedência entre os agentes diplomáticos de 19 de março de 1815”. Ironicamente, o modelo adotado é basicamente o mesmo proposto para o casamento do Marquês, porém resguardando ainda os lugares dos representantes do Papa. Os representantes diplomáticos possuíam também uma classificação de *status*, sendo que (I) os embaixadores, legados ou núncios apostólicos vinham em primeiro lugar de importância; eram seguidos (II) pelos enviados, ministros ou outros acreditados, mas que não possuíam plenos poderes de negociação como os primeiros; e por último (III) estavam os encarregados de negócios acreditados junto aos ministros encarregados dos negócios estrangeiros.

A existência dessa diferenciação através da posição na hierarquia da carreira diplomática é importante na análise do caso de desequilíbrio nas relações entre Brasil e Itália no caso específico da decisão de não extradição do ativista político Cesare Battisti, pois existe neste caso uma ordem hierárquica bem definida entre representantes de diferentes categorias do funcionalismo público brasileiro, com *status* representativo bem definido onde uns também vêm em primeiro lugar de importância, enquanto outros não possuem poder de negociação ou representação, mas são considerados autoridades cuja opinião pode ser ou não respaldada pela sociedade.

Dentro dos comentários criados no senso comum sobre o caso, onde indivíduos distantes da hierarquia com poder de decisão irão expor suas opiniões, surgem diversas interpretações que culminam no ponto do nacionalismo e valorização do sentimento nacional de um lado, predominante entre aqueles que apóiam a decisão do Presidente, e de outro, a interpretação de aplicação de regras do direito internacional parece encontrar maior atenção entre aqueles que discordam da decisão. O caso fica ainda mais complexo quando o Brasil se vê pressionado pelas autoridades italianas para que Battisti seja extraditado, que leva o assunto a uma esfera de disputas de soberania e discussão sobre se houve a quebra ou não do tratado de cooperação para extradição firmado entre os dois Estados em 1989. Tal discussão afeta diretamente a relação de dívida e

precedência entre os dois países, uma vez que a resolução do conflito esgota suas esferas de recursos legais.

2. Capítulo II

O caso do ativista italiano Cesare Battisti possui importância por diversos fatores. Envolve a relação conflituosa entre pessoas que apóiam o governo e os grupos de oposição, gera dúvidas sobre a validade de leis e tratados internacionais e leva políticos a discutirem internamente a ação do Estado brasileiro sobre o caso. Essa discussão não fica apenas reservada à esfera interna, pois possui repercussões na mídia externa, o que reflete na forma como o país é visto no exterior. Surgem, portanto, as mais diversas análises e comentários sobre a imagem nacional e discussão sobre soberania que geram questões como: quem “pode mais” no mundo atual? Qual a imagem que se tem sobre o Brasil, um país da América do Sul que nos últimos anos se destacou no cenário internacional devido ao crescimento econômico, frente a Itália, país membro fundador da União Europeia e berço do Império Romano? Para entendermos melhor as esferas de ação e discussão do caso, passemos à cronologia, comentários e questões teóricas relacionadas ao assunto.

2.1. A mídia sobre Battisti: cronologia e comentários

Cesare Battisti chegou ao Brasil no ano de 2004, vindo da França, após falsificar carimbos do serviço de imigração brasileiro com a possível ajuda de agentes do serviço de inteligência francês, devido à situação de possível extradição para a Itália. Em Roma, ele havia sido condenado a prisão perpétua à revelia por quatro assassinatos cometidos no final dos anos 70, quando fazia parte de um grupo de extrema esquerda, mas que são negados por ele. A falsificação de documentos para entrada no Brasil pode vir a causar a extradição de Battisti, segundo informações divulgadas nas imprensas brasileira e italiana, em 28 e 29 de junho de 2013, apesar de o ativista possuir visto de permanência para poder trabalhar e viver em solo brasileiro. Seu advogado, Luiz Eduardo

Greenlagh, diz que a pena por este crime não altera a situação jurídica do italiano e irá recorrer da decisão. Em 2010, Battisti já havia sido condenado por falsificação de documentos, havendo inclusive confessado o fato, mas a pena havia sido convertida em serviços comunitários. Caberia ao governo brasileiro decidir se Battisti seria deportado por este crime ou se permaneceria no Brasil.

O caso de Battisti se estende por dois momentos na política brasileira, o primeiro durante o governo do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, que decidiu, em seu último dia de mandato, manter em território nacional o ativista político, e o segundo durante o governo da atual presidente, Dilma Rousseff, que garantiu a permanência de Battisti na condição de refugiado político, em 2011. Não coube à presidente Dilma, no entanto, nenhuma crítica direta pelo caso, mas sim ao ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva e ao ex-Ministro da Justiça, Tarso Genro, as maiores acusações e críticas. Atualmente, Battisti reside em uma área considerada nobre da cidade de São Paulo em um apartamento alugado com a ajuda do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), mas que é pago com a renda obtida através dos direitos autorais dos livros de ficção que Battisti escreveu. Para sintetizar o caso, apresento abaixo uma breve cronologia do mesmo:

2.1.1. Cronologia do caso Battisti

- **Anos 70:** Cesare Battisti faz parte de um grupo político de extrema esquerda chamado Proletários Armados pelo Comunismo (PAC). O italiano é considerado o responsável por quatro homicídios (um policial, um açougueiro, um carcereiro e um joalheiro), dois com participação direta e dois como agente externo, tendo participado no planejamento. O grupo é desfeito em 1979 e Battisti vai para a prisão após ser capturado pelas autoridades italianas.

- **Anos 80:** Em 1981, Cesare Battisti consegue escapar da prisão e foge para a França, onde consegue asilo político nos anos 90, beneficiado pela chamada Doutrina Mitterrand¹³, de 1985. Em 1988, o ativista é condenado em primeira instância pela justiça italiana, à revelia, por um dos homicídios, à prisão perpétua.

¹³ A doutrina Mitterrand, como ficou conhecida, consiste em um ato do ex-presidente da França Francois Mitterrand, onde o Estado francês beneficiava os ex-membros da luta armada italiana dos

- **Anos 90:** Exilado na França, Battisti é condenado em segunda instância pelos quatro homicídios em que é acusado. Em 1991, a Corte de Cassação, última instância da Justiça italiana, ratifica três das quatro condenações. Durante o ano de 1993, a última condenação, que havia sido anulada por problemas formais, é reafirmada pelo Tribunal de Recursos na Itália, que encerra o julgamento.

- **Anos 2000:**

2004: o ano em que o acusado foge da França para o Brasil, após falsificar carimbos do serviço de imigração brasileiro, quando o então presidente francês, Jacques Chirac, se posiciona a favor da extradição de Battisti. Em outubro daquele ano a corte francesa confirma a decisão de extradição do réu para a Itália, no entanto, o acusado já se encontrava em território brasileiro, no Rio de Janeiro;

2005: o Conselho de Estado da França mantém o posicionamento sobre a extradição;

2006: Battisti tem seus argumentos de defesa rejeitados pela Corte Europeia de Direito Humanos, que chancela a decisão tanto do governo francês, quanto do italiano, em favor da extradição;

2007: a pedido do governo italiano, Battisti é preso no Rio de Janeiro e enviado ao presídio da Papuda, em Brasília. O então Ministro da Justiça, Tarso Genro, decide manter o acusado no Brasil;

2009: o STF derruba argumentos do governo, decide pela extradição de Battisti, mas deixa a decisão final para o então presidente, Luís Inácio Lula da Silva;

2010: em seu último dia de governo, o presidente Lula decide conceder asilo político ao acusado;

2011: por 6 votos a 3, o STF recusa apelo do governo italiano e manda soltar Battisti.

2.1.2. Repercussão nacional e internacional: comentários

No âmbito brasileiro, deputados e senadores de diversos partidos emitiram diversas opiniões sobre o caso. O deputado oposicionista José Carlos Aleluia (DEM-BA), criticou a decisão através do seguinte discurso:

Soberania para proteger bandido? O presidente deu mal exemplo ao País. O Lula saiu fazendo o pior que poderia fazer, soltar um bandido no Brasil, um assassino que matou pai de família na Itália, que não era político, era um bandido. O Brasil não é casa de bandido. Nós já temos criminalidade demais. (site da Câmara dos Deputados, 03/01/2011)

O deputado chamou atenção ainda ao fato de a decisão ter sido tomada no último dia de governo de Lula, fato que serviria como forma de distração da opinião pública, visto que muitas pessoas estavam de férias e não acompanhariam com tanta atenção a movimentação de políticos durante o recesso de fim de ano. O ex-presidente tomou como base para sua decisão o argumento da Advocacia Geral da União (AGU), que diz que a extradição de Battisti poderia significar risco para a vida do acusado.

Do lado que apóia o governo, o deputado Fernando Ferro (PT-PE) rebateu o argumento da oposição afirmando que o presidente tomou uma atitude soberana ao determinar a permanência de Battisti em solo brasileiro, através da seguinte fala:

O presidente agiu de acordo com uma análise da AGU, agiu de acordo com os tratados internacionais. O presidente Lula agiu como um chefe de Estado com autonomia e independência, que não pode se curvar a pressões de interesses políticos ou ideológicos de qualquer país. (site da Câmara dos Deputados, 03/01/2011)

Este deputado citou ainda a situação de recusa de extradição por parte da Itália de Salvatore Cacciola para o Brasil, ex-banqueiro ítalo-brasileiro envolvido em crimes contra o sistema financeiro que teve sua extradição recusada inicialmente, mas que foi enviado ao Brasil posteriormente e que hoje se encontra em liberdade após decisão da juíza Roberta Barrouin Carvalho de Souza, da Vara de Execuções Penais (VEP) do TJ do Rio de Janeiro, em 2012.

O ex-primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi, à época da decisão negativa do Estado brasileiro em extraditar Cesare Battisti, criticou a decisão brasileira e disse que apelaria à Corte Internacional de Justiça de Haia. Logo após a publicação da notícia de não-extradição, o embaixador italiano em Brasília, Gherardo La Francesca, foi chamado de volta a Roma para que o governo italiano tivesse condições de melhor avaliar a situação e, com isso, tomar as atitudes cabíveis internacionalmente para que a decisão brasileira fosse revogada. Segue a fala do ministro italiano de Relações Exteriores:

A medida foi tomada a fim de aprofundar, conjuntamente com as autoridades competentes, os aspectos técnicos e jurídicos relacionados com a aplicação de acordos bilaterais existentes judiciais internacionais. (site da Revista Veja, em 10/06/2011)

O chamado não foi atendido prontamente face à cerimônia de posse da nova Presidente do Brasil e que contou com a participação dos chefes de missão diplomática acreditados no país. A posição do embaixador italiano em permanecer em solo brasileiro para a cerimônia de posse da atual presidente, Dilma Rousseff, exprimia um quadro onde maiores danos não foram consumados na relação entre os dois países, visto que o não comparecimento do diplomata italiano representaria uma grave ofensa, uma vez que esta é uma cerimônia onde outros representantes de Estado e chefes de missão diplomática acreditados no Brasil perceberiam a falta do diplomata italiano e, por ser este um círculo muito estrito de pessoas que mantém entre si contato constante, sua ausência chamaria atenção. Apesar disso, o presidente italiano Giorgio Napolitano declarou que tal atitude “prejudica gravemente” os acordos assinados entre Brasil e Itália.

Atualmente, a República Federativa do Brasil mantém com a República da Itália um tratado de extradição firmado por ambas as partes em 17 de Outubro de 1989 e promulgado em definitivo pelo ex-presidente Itamar Franco em 9 de Julho de 1993. Dentre os artigos do presente tratado, segue como obrigação de qualquer um dos Estados (chamados de Partes no tratado) a extradição de pessoas que tenham sido condenadas por um ou mais crimes e cuja pena a cumprir seja maior que o período de nove meses. No entanto, o Artigo 2, inciso I, alínea e, define que a extradição não será concedida “se o fato pela qual é pedida [a extradição de uma pessoa] for considerado,

pela Parte requerida, crime político”. Assim, abre-se uma brecha para que Battisti, mesmo tendo sido condenado pelos crimes sobre os quais é acusado, passe a ter o direito de permanência no Brasil, visto que ele fazia parte de uma organização de caráter político e que seus atos, caso tenham sido praticados de fato por ele, sejam atos políticos.

Nas mídias online internacionais, pude perceber que alguns trataram do tema da extradição de Battisti com bastante neutralidade, como o *The New York Times*, onde encontram-se relatos apenas dos fatos ocorridos, as decisões judiciais e a atual situação do acusado. A versão em inglês do *Le Monde Diplomatique* possui um artigo restrito a assinantes. Outros, como o *The Economist*, usam argumentos que vão contra a decisão do governo brasileiro em manter Battisti aqui. Em um artigo publicado no dia 22 de Janeiro de 2009, a revista *online* afirmou que os protestos do governo italiano ao Brasil após a decisão de permanência de Battisti foram tratados com certo desdém pelo ex-presidente Lula. Seguindo a linha crítica, o artigo diz ainda que as razões pelas quais Battisti ainda se encontra no Brasil não são convincentes, sob o argumento de que o país mantém uma tradição de manter aqui exilados políticos que cometeram crimes em seus países no passado, inclusive citando a decisão do então Ministro da Justiça, Tarso Genro, de que o crime não era visto apenas como um assassinato, mas como um ato político. O artigo termina por dizer que qualquer assunto ligado aos atos cometidos por agentes que eram contra o governo durante a ditadura militar (1964-1985) são rapidamente vistos como um ato não criminoso e que há um sentimento de solidariedade entre alguns membros do Partido dos Trabalhadores (PT), que antigamente eram militantes de extrema esquerda durante a época da ditadura, fato que se assimila ao caso dos crimes cometidos por Battisti durante a década de 70 na Itália.

A agência de notícias norte-americana CNN, por sua vez, irá citar ainda falas de juízes do STF e do próprio presidente Lula, que diz: “A Itália pode até não gostar, mas terá que respeitar [a decisão]. Essa pessoa está sendo condenada por um crime que ocorreu em 1978 e seus acusadores nem existem mais para comprovar a veracidade dos fatos”. Neste mesmo artigo, cita-se o juiz do STF Luiz Fux, que teria dito que “o que está em jogo aqui é um ato de soberania do presidente” e outro ministro do STF, Ricardo Lewandowski, que teria relatado que quando estudou o caso, não teve dúvidas de que Battisti havia cometido os crimes, mas que “isto não está em jogo agora. O

presidente (Lula) cometeu um ato político, um ato de governo, que é caracterizado por uma descrição mais ampla [da situação].”

Outra fonte importante de informações está na fala de deputados italianos e em comentários escritos pelos próprios leitores em alguns dos sites que visitei para obter notícias sobre o caso Battisti. Pode-se perceber que muitos políticos italianos comentaram a decisão do governo brasileiro quando da decisão de permanecer no Brasil. Segundo o jornal Folha de São Paulo, em artigo publicado em 15 de janeiro de 2009, “O caso de Battisti uniu políticos aliados ao governo de centro-direita de Silvio Berlusconi e também da oposição. Alguns pedem ruptura de relações. O ministro italiano do Interior, Roberto Maroni, da Liga Norte, disse que a decisão ‘é um erro muito grave do governo brasileiro, que ofende as vítimas do terrorismo, o sistema judiciário e o povo italiano’”. Maurizio Gasparri, presidente dos senadores do Povo da Liberdade, a coalizão governista, disse que a Itália "deve assumir imediatamente iniciativas para exprimir às autoridades brasileiras o desdém e a condenação do povo italiano por uma decisão vergonhosa e inaceitável que deverá ser modificada". Até o deputado de centro-esquerda Piero Fassino, dirigente do Partido Democrático (PD), discordou da decisão: "Existe uma avaliação errada dos crimes cometidos ligados aos crimes políticos, como se estes tivessem uma conotação diferente. Quando se mata um homem, é justo que se pague". O deputado do Partido Democrático, Marco Minniti, "ministro da Justiça" do governo paralelo, disse que "é justo que Battisti cumpra sua pena na Itália". Antonio Di Pietro, ex-juiz da Operação Mãos Limpas e deputado do partido de centro-esquerda Itália dos Valores, criticou o governo Lula e disse : "Battisti é um assassino e deve permanecer na prisão". O deputado Luca Volonté, aliado aos oposicionistas União dos Democratas Cristãos e Democratas de Centro, viu na decisão um "insulto à dignidade da Itália" e pediu a ruptura das relações diplomáticas: "Agora basta".

Apesar de todos estes comentários, nenhum é mais controverso que o comentário proferido pelo deputado italiano Ettore Piovano, do partido conservador Liga Norte, que diz:

Não me parece que o Brasil seja conhecido por seus juristas, mas sim por suas dançarinas. Portanto, antes de pretender nos dar lições de

Direito, o Ministro da Justiça brasileiro faria bem se pensasse nisso não uma, mas mil vezes. (site g1.globo.com, em 20/11/2009)

Além dos comentários de deputados, tanto brasileiros quanto italianos, também é possível perceber uma clara divisão de opiniões nos comentários feitos pelos leitores dessas mídias abaixo de alguns dos artigos. Estes comentários possuem importância ao tornar possível a análise do senso comum, seja por parte de pessoas que apóiam a permanência de Battisti em solo brasileiro, quanto por parte daqueles que são contra tal permanência. Através desses comentários, percebe-se uma clara divisão entre aqueles que são pró-governo e aqueles que estão mais afinados com o discurso da oposição e que muitas vezes remetem à questão da soberania nacional dos dois países, Brasil e Itália, aliado à condição financeira de cada um desses países, além de uma concepção sobre o que é um crime e em quanto tempo o crime “perde sua validade”. Separei alguns comentários que exprimem bem tal cenário e, para tal, irei reproduzir o comentário original e posteriormente traduzí-lo.

- No site CNN.com (artigo publicado em 9 de junho de 2009):

- MarcosDF: When the Italian foreign minister said Italy would not accept a NO, he sealed Battisti's destiny. He only showed an intolerable arrogance that Brazilian authorities (Lula and now the Supreme Court) could not admit. What he was thinking about? Did he think Italy was dealing with...maybe Libya or Ethiopia?...

Tradução: Quando o Ministro italiano disse que a Itália não aceitaria um não, ele selou o destino de Battisti. Ele apenas demonstrou uma arrogância intolerável que as autoridades brasileiras (Lula e agora a Suprema Corte) não podem admitir. O que ele estava pensando? Que a Itália está tratando com a Líbia ou a Etiópia?

- Mattekudasai: Listen up, you fools. This a macro-politics show-off. Nothing else. In this realm there's no concern about justice or victims, it's just a show of power. Brazil is hellbound to becoming the world's 5th largest economy and has already surpassed Canada, Italy and will soon overtake Britain and France. It's the Brazilian gov't's way to say HEY WORLD, The Brazilians are Coming !!!

Tradução: Ouçam, seus tolos. Isso é uma demonstração de macro política. Nada mais. Neste domínio não há preocupação com justiça ou vítimas, é apenas uma demonstração de poder. O Brasil está fadado a se tornar a quinta maior economia do mundo e já passou o Canadá, Itália e em breve irá ultrapassar a Grã-Bretanha e a França. Esta é a forma do governo brasileiro de dizer ao mundo que os brasileiros estão vindo!

- Double W: "This person is being accused of a crime which took place in 1978, and his accuser no longer exists to prove the veracity of the facts." [citação à fala do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva] In short, if the widows and orphans of the victims are now dead, the crime never occurred?

Tradução: "Esta pessoa está sendo acusada de um crime que aconteceu em 1978, e seus acusadores nem mais existem para provar a veracidade dos fatos." [ex-presidente Lula] Em resumo, se as viúvas e os órfãos das vítimas estiverem mortos agora, significa que o crime nunca ocorreu?

- Hruod: Why does Italian government talks, talks and do nothing ? The Brazilian government is used to take this absurd positions and nobody does anything. It is so simple to solve this, cut all economical agreements, stop Italian investments in Brazil... cut scientific collaboration.... Just do something! I am Brazilian, and I think is time international community put a end to the leftist contamination of Brazilian foreign policy. If Battisti were running from Cuba, Brazil would have sent him back already...

Tradução: Porque o governo italiano fala, fala e não faz nada? O governo brasileiro está acostumado a tomar atitudes absurdas e ninguém faz nada. É simples resolver isso, corte todos os acordos econômicos, parem os investimentos italianos no Brasil...cortem a colaboração científica...Façam algo! Eu sou brasileiro e penso que é hora da comunidade internacional pôr um fim à contaminação esquerdista da política brasileira. Se Battisti estivesse fugindo de Cuba, o Brasil já teria lhe enviado de volta..

Em resposta a este último comentário:

- Mattekudasai: Brazil invests in Italy and not the contrary. Italy is the past, Brazil the glory, the future! JUDAS !!!

Tradução: O Brasil investe na Itália e não o contrário. A Itália é o passado, o Brasil, a glória, o futuro! Judas!!

A maioria dos comentários sobre o caso Battisti no site da agência de notícias norte-americana CNN são feitos por pessoas que apóiam sua permanência em território brasileiro, mas o mesmo não ocorre no site do periódico The Economist, onde a própria reportagem assume uma conotação de caráter mais favorável à sua extradição e cumprimento de pena em solo italiano.

- No site economist.com (148 comentários sobre artigo publicado no dia 22 de janeiro de 2009):

- Wilma K: A lawbreaker is a lawbreaker wherever he/she goes. Trying to excuse or replace one convict with other –just like some Brazilian

readers are doing to justify their fanatical chauvinism - is morally wrong. Stop the cacophony; put all convicts where they belong: in jail

Tradução: Um criminoso é um um criminoso aonde quer que ele/ela vá. Tentar desculpar ou substituir um crime por outro – como alguns leitores brasileiros parecem estar fazendo para justificar seu fanatismo chauvinista – é moralmente errado. Parem a cacofonia; botem todos os condenados no lugar que pertencem: na cadeia.

- Ebittencourt: The poor memory applies more correctly to the kind of people who received money through Cuba and other sources to implant a tropical Albania in Brazil. Some of the people involved in our Government , today , are suspected (to be politically kind) to have been involved in expropriations, kidnaping, extortions, and assassinations. Truly , we were in an authoritarian government, but the criminals of the 70's were not committing crimes to save democracy , but to implant the type bestiality existing in communism countries . Unhappily , we were not able to fight the criminals with a democracy. But they were defeated, and today sell their lack of character to money lenders. They behave today with the typical rage of the defeated.

Tradução: A memória fraca se aplica mais corretamente ao tipo de pessoas que receberam dinheiro de Cuba e outras fontes para implantar uma Albania tropical no Brasil. Algumas pessoas envolvidas no nosso governo, hoje, são suspeitas (para ser politicamente educado) de terem se envolvido em expropriações, sequestros, extorsões e assassinatos. De fato, nós nos encontrávamos em um governo autoritário [referência à ditadura militar no Brasil], mas os criminosos dos anos 70 não estavam cometendo crimes para salvar a democracia, mas para implantar o tipo de bestialidade existente em países comunistas. Infelizmente, nós não fomos capazes de lutar contra os criminosos com uma democracia. Mas eles foram derrotados e hoje vendem sua falta de caráter aos que emprestam dinheiro. Eles se comportam hoje com a típica raiva dos derrotados.

- Tanure: Dear Sirs, hello.

A real issue here, since this man murdered more than a couple of people. The butcher(killed by the smiling Italian)'s son wrote a dramatic appeal today asking the Brazilian people to push Lula, so he would change his mind on the theme.

Some balanced comments here have raised a relevant point: why is France not being picked on it, since it had a direct influence on sending the smiling Italian to Brazil?

The Economist is correct when it points out that Brazil is not an example when it comes to dealing with the crimes committed during its dictatorship. In fact, our sunny country has a poor memory and also unknown forces (to me) that make it virtually impossible to judge the crimes and criminals of the 20 years when we were ruled by men (some

are not worthy of being referred to as human beings, but anyway) in stripes.

Having said all that, my only real belief is that the smiling Italian is more than anything a fugitive, and fugitives are merely men who can not cope with his own acts, therefore should be hunt till the end and faced with the proper consequences.

Italy should not give up easy on pushing Brazil, and even more, France, until the Italians are given a fair conclusion to this murderer tale.

Tradução: Caros senhores, olá. Um problema real se encontra aqui, visto que este homem matou mais de duas pessoas. O filho do açougueiro morto pelo italiano escreveu um apelo dramático hoje [03/02/2009] pedindo para que o povo brasileiro pressione Lula, a fim de que ele mude sua ideia sobre o tema. Alguns comentários justos levantaram aqui um ponto relevante: porque a França não está sendo pressionada sobre o tema, uma vez que teve influência direta no envio do italiano ao Brasil?

O periódico The Economist está correto em apontar que o Brasil não é um exemplo quando se trata de crimes durante sua ditadura. De fato, nosso ensolarado país possui uma memória fraca e forças desconhecidas (para mim) que tornam impossíveis julgar os crimes e os criminosos dos 20 anos em que fomos governados por homens em uniformes.

Tendo dito isto, minha crença real é que o sorridente italiano é acima de tudo um fugitivo, e fugitivos são meramente homens que não conseguem lidar com seus próprios atos, sendo assim, devem ser caçados até o fim e arcar com as devidas consequências.

A Itália não deve desistir tão facilmente de pressionar o Brasil, e mais, a França, até que aos italianos sejam dadas as conclusões justas deste conto de assassinato.

Torna-se um esforço muito grande e desnecessário prolongar a transcrição de mais comentários sobre o tema. O que fica evidenciado é a distinção dos atores que defendem e que condenam a permanência de Battisti em território brasileiro. Também ficam explícitas as relações do universo cosmológico da relação de poder entre Estados Soberanos, suas leis e instituições próprias e as instâncias supranacionais, como a Corte de Haia, onde cabe ainda representação italiana contra a decisão brasileira, considerada como sendo uma decisão soberana por muitos dos atores. Percebe-se também o fato da subordinação do Poder Judiciário do Brasil ao Poder Executivo, quando este decide pela extradição de Battisti, mas delega ao presidente da República à época a decisão final e,

posteriormente, vota e acata tal decisão, pela permanência do acusado em território brasileiro.

2.2. O senso comum

Todos os atores envolvidos no caso Battisti, sejam eles os leitores/comentaristas das mídias online, jornalistas, políticos ou juristas, possuem uma opinião formada sobre o caso e o conjunto de opiniões irá configurar-se como sendo o senso comum. O senso comum é importante porque é deste conjunto de opiniões que poderemos ter uma ideia sobre as paixões e certezas de quem expressa sua opinião sobre a imagem nacional, interna e externamente.

Segundo Clifford Geertz, o senso comum é um sistema cultural, embora nem sempre muito integrado, como neste caso, onde há opiniões a favor e contra, que se baseia nos mesmos argumentos em que se baseiam outros sistemas culturais semelhantes: aqueles que possuem determinada opinião têm total convicção de seu valor e de sua validade. Neste caso, como em tantos outros, Geertz diz que as coisas têm o significado que lhes queremos dar e que, no presente caso, parece seguir uma lógica de exaltação da imagem nacional pelos brasileiros que apóiam a permanência de Battisti aqui, através do discurso de que o Brasil tomou uma atitude soberana em um cenário de crescimento econômico brasileiro que coloca nosso país em comparação com outros considerados países de destaque por serem potências econômicas e que, conseqüentemente, gozam de grande estima ou, no mínimo, chamam muita atenção sobre suas atitudes na comunidade internacional.

No extremo oposto, o daqueles que discordam da decisão de permanência, o significado que se quer dar a essa ação parece fundamentar-se em uma quebra de soberania italiana, por haver uma má interpretação da lei, que determina que quem cometeu um crime deve ser punido de acordo com a gravidade do mesmo, havendo, portanto, a quebra de um tratado internacional firmado entre os dois países. Nos dois extremos, os atores agem de acordo com aquilo que consideram ser o bom senso.

O conceito de bom senso normalmente aceito é aquele que o vê como o “tipo de coisa que qualquer pessoa com bom senso sabe”. Por pessoa com bom senso entende-se

aquele que enxerga a realidade à sua volta de maneira a solucionar com facilidade ou, no mínimo, esperteza e agilidade, certos problemas ou situações inesperadas/inusitadas do cotidiano (Geertz, 1997). Existem desafios ao senso comum quando surgem assuntos que quebram uma dicotomia clássica. Geertz utiliza o exemplo do gênero para a biologia. Neste, o pensamento inicial do senso comum leva em conta a existência de dois gêneros apenas, o masculino e o feminino. Porém, casos de pessoas transexuais por opção, ou de pessoas que possuem seios, mas genitália masculina, ou ainda de pessoas que nasceram com os resquícios de ambos os gêneros, põem em cheque a concepção dicotômica, pois abre uma veia cultural a ser analisada e sobre a qual irão ser criados novos tipos de senso comum sobre o assunto, que por sua vez irá criar modelos de ocupação de espaço social dessas pessoas que fogem à concepção inicial de gênero. Outra possibilidade enfrentada pelo senso comum será ajustar aquele indivíduo em um dos gêneros e enquadrá-lo, da melhor maneira possível, em um desses gêneros, através da atuação de médicos, pais, família e outras pessoas que estiverem mais diretamente envolvidas com a situação daquele que não se reconhece em seu gênero inicialmente dado. O bom senso, portanto, não é aquilo que uma mente livre de artificialismo apreende espontaneamente; é aquilo que uma mente repleta de pressuposições conclui. É uma forma de explicar os fatos da vida que afirma ter o poder de chegar ao âmago desses fatos. Como uma estrutura para o pensamento, ou uma espécie de pensamento, o senso comum é tão autoritário quanto qualquer outro. O senso comum tem ainda a pretensão de ir além das ilusões para chegar à verdade, ou, como costumamos dizer, chegar às coisas como elas *realmente* são.

Dentro dos comentários proferidos por políticos ou aqueles escritos pelos leitores das mídias online, podemos perceber a relação direta entre termos analisados no capítulo anterior e a discussão sobre o caso. Inicialmente, surge a questão da soberania de cada um dos Estados, explícita na fala do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), que irá contrapor a aplicação da lei à soberania brasileira. Tal contraposição parece operar de forma a apoiar a soberania brasileira e imagem da nação frente aos outros Estados da comunidade internacional por parte daqueles que defendem a decisão do Presidente em manter Battisti no Brasil e, no extremo oposto, aqueles que consideram a decisão errada, o fazem por interpretar que as leis foram quebradas, ou seja, que o tratado de extradição assinado entre Brasil e Itália no fim dos anos 80 foi ignorado. Os pontos dois, três e quarto da teoria de Held (1995) sobre o modelo de Westphalia, que

definiu as condições básicas nas relações entre Estados soberanos, destaca a importância dos Estados, e apenas eles, na confecção de normas gerais e acordos entre si, tendo o direito internacional menor importância frente aos direitos internos de cada Estado e cabendo exclusivamente aos envolvidos a quebra destes acordos para a boa convivência entre eles. A fala do deputado Fernando Ferro, da base governista, além de apontar para a independência e autonomia de um Estado soberano; menciona ainda outro ponto da teoria de Held, onde diferenças de poder não devem ser levadas em conta na resolução de conflitos, o que fica claro quando o deputado diz que não devemos nos curvar a pressões de interesses políticos e ideológicos de qualquer país.

O sentimento de nacionalismo também aparece de forma contundente nos comentários sobre Battisti. A imagem do Brasil aparece tanto de forma exaltada, quanto depreciada em comentários distintos. São expostos, portanto, diversos “módulos” da imagem nacional. Os exemplos mais afirmativos de imagem positiva da nação podem ser encontrados entre os que apóiam a decisão de permanência de Battisti. Nestes casos, a imagem nacional estará muito vinculada ao crescimento econômico, que deu ao país posição de destaque no cenário internacional. Nos comentários, em alguns, momentos nosso país é associado a países com melhor situação econômica, como Canadá e Inglaterra, mas também chega a ser comparado a países que vivem uma má situação, como Líbia e Etiópia.

Do lado dos que não defendem a decisão presidencial, a imagem nacional está relacionada ao não cumprimento de acordos e tratados internacionais, crítica recorrente entre os políticos italianos; houve até mesmo o caso extremo de um parlamentar italiano comparar a imagem nacional às dançarinas brasileiras. Essa imagem, no entanto, era muito disseminada internacionalmente em campanhas com intuito de promover o turismo no Brasil¹⁴. Através do debate e das diferentes formas de interpretação da imagem nacional geradas sobre o caso Battisti, os módulos nacionalistas serão o pano de fundo para a criação de ideologias que sustentam tanto a noção de hierarquia, onde há o reconhecimento de um modelo vertical da sociedade, quanto o sentimento de pertencimento a uma comunidade de indivíduos em uma nação, ou seja, iguais perante a

¹⁴ Para maiores detalhes sobre as campanhas de turismo ao Brasil, ler artigo de Cleber Roberval Salvador Oliveira e Ana Cristina Salviato-Silva. Análise de Conteúdo da Imagem do Brasil obtida através da divulgação oficial da EMBRATUR.

leis e normas gerais de convívio daquela sociedade e onde predomina o sentimento de camaradagem horizontal, de Anderson.

O sentimento de pertencimento a uma nação irá caracterizar-se ainda na teoria de Dumont e seus estudos sobre o *indivíduo como valor*. Segundo DaMatta, o *indivíduo* irá se unir ao último estágio dos estudos de Mauss sobre o eu, a caracterização do ser como *pessoa psicológica*. Essa diferença, entre *indivíduo* e *pessoa*, leva em conta situação distintas no Direito. No caso do indivíduo, este deve ser considerado um igual, logo, a lógica daqueles que discordam da decisão de Battisti no Brasil deveria prevalecer. Por esta lógica, a situação de Battisti deveria ser tratada exclusivamente à luz das normas impessoais da lei, o que fundamentaria sua extradição. Contudo, Battisti não é apenas um “indivíduo”. Seu advogado, Luiz Eduardo Greenhalgh¹⁵, possui vínculos históricos com o partido do governo e a hospedagem do italiano no Brasil conta com apoio de um importante senador governista. Ao ter sua causa reconhecida como uma causa política, Battisti enquadra-se no conceito de *pessoa*, cuja ideologia encontra respaldo entre os que estão no topo da hierarquia social brasileira, parlamentares e agentes do executivo e judiciário brasileiro da base governista. Das atitudes deles é que irão surgir o conjunto de ideias que irão encontrar apoio na parcela da sociedade que apóia o governo, onde existem fortes argumentos que ligam a imagem nacional à boa situação do Brasil no cenário econômico internacional.

A relação diplomática do Brasil com outros países expressa uma relação de dívida, no sentido de que existe a obrigação de *dar, receber e retribuir*. Ao firmarem um acordo sobre extradição, ratificado pelo então Presidente Itamar Franco em 1989, Brasil e Itália tornariam oficial a relação de dívida entre eles. No entanto, por mais que tal esforço de criação de um documento legal que dispunha de regras claras sobre casos de extradição tivesse chegado a um acordo, não estavam claramente definidos os termos sobre o que seria considerado um crime político, deixando o julgamento do termo a caráter subjetivo. A decisão pela permanência gerou uma situação de contra-dívida negativa. Alguns leitores das reportagens sobre o caso chegam mesmo a afirmar que o Brasil deveria cortar relações de colaboração, seja ela econômica, científica ou de qualquer outro tipo, para retribuir as críticas do governo italiano. O caso mais

¹⁵ Luiz Eduardo Greenhalgh foi eleito quatro vezes deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Membro fundador do partido, o advogado defendeu lideranças sindicais e políticas perseguidas pela ditadura, entre elas o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. (retirado do site <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u67202.shtml>, de 15/02/2005)

significativo de quebra de prestígio entre os dois governos não chegou a acontecer, caso o embaixador italiano no Brasil tivesse atendido o chamado de seu país e retornado à Itália sem comparecer à cerimônia de posse da atual Presidente, Dilma Rousseff. A importância de tal gesto representaria uma mostra significativa do descontentamento entre as partes frente a comunidade internacional, como apresentado nos estudos sobre as relações de precedência na tese de Lea Tomass.

Diversos são os fatores que importam na relação de precedência entre os países, mesmo que as assimetrias de poder tenham sido desconsideradas por Held na definição de resolução de conflitos entre Estados soberanos. Durante a evolução das relações entre os Estados até que fosse criado um código que determinasse uma precedência igualitária entre representantes diplomáticos acreditados no exterior, uma certa noção de hierarquia ainda prevaleceu, mesmo que não de forma tão acentuada quanto à época do absolutismo, mas sistematizada entre os diplomatas e representantes internacionais diversos. Quando ocorre uma disputa entre dois Estados como no caso Battisti, as diferenças de interpretação sobre o direito tornam-se claras primeiro entre representantes políticos. Neste caso, estes representantes expõem de forma aguda as diferenças na relação de precedência, exposição esta que se torna ainda mais grave quando comentada por indivíduos que não possuem poder, os comentaristas do caso na mídia. Para compreendermos melhor o fato de haverem diferentes interpretações sobre o direito, devemos nos voltar para o estudo das *sensibilidades jurídicas*, de Clifford Geertz.

2.3. Características do Direito em cada localidade: *sensibilidades jurídicas* e formas do Direito no Ocidente.

O caso Battisti demanda um esforço em compreender não apenas como surge e se consolida a imagem nacional através do senso comum, mas também através da caracterização do que é o Direito em diferentes localidades, que Geertz define como *sensibilidade jurídica*. Segundo o autor, várias curiosidades caracterizam aquilo que os juristas chamariam de antropologia legal e os antropólogos de antropologia do direito, sendo que a principal destas é o debate sobre o conteúdo do Direito: se ele consiste em

instituições ou regulamentos, em procedimentos ou conceitos, decisões ou códigos, processos ou formas e, portanto, se é uma categoria que existe em praticamente qualquer parte do mundo onde hajam humanos ou se não é uma categoria universal. Ao iniciar esta discussão, Geertz propõe a diferenciação entre fatos e leis, ou seja, a relação entre o que *é*, os fatos, e o que *deve ser*, os códigos e normas jurídicas representados na forma de leis.

O que ocorre toda vez que existe um tema onde haja necessidade de intervenção jurídica, envolvendo advogados, juízes e, no caso específico, representações diplomáticas, não é apenas uma concatenação de fatos aliados a normas, mas o que Geertz define como sendo a base de toda a cultura: o que ocorre são processos de representação. No universo jurídico não existe apenas um conjunto de normas, regulamentos, princípios e valores, que não poderiam existir de forma isolada e distante dos fatos ocorridos. Cada ator envolvido em um processo judicial irá possuir uma maneira específica de imaginar a realidade e que irá se modificar à medida que a sociedade se modifica. Tal forma de imaginar a realidade irá definir-se e tomar corpo através de uma linguagem técnica que representa o movimento de ir e vir entre a linguagem do se/então das normas genéricas e o idioma do como/portanto dos casos concretos, os fatos¹⁶. Este esforço representativo indica a maneira ocidental através da qual as instituições legais irão traduzir a linguagem da imaginação para a linguagem da decisão, criando assim um sentido de justiça determinado. Geertz propõe que, com isso, o problema entre leis e fatos não se caracteriza como um esforço para juntar tais elementos, mas para diferenciá-los. Assim, tanto a defesa quanto quem acusa uma pessoa de ter cometido um determinado crime irá juntar provas que tentarão mostrar exatamente este tipo de diferenciação entre fatos e leis, ou seja, entre diferentes representações da realidade que cada uma das partes apresentará de acordo com sua percepção local, sua própria sensibilidade jurídica.

Existem certas implicações sobre o esforço de diferenciação entre leis e fatos em saberes locais e sensibilidades jurídicas diferentes, como quando ocorrem querelas entre Estados. O estudo comparativo do Direito em duas regiões quaisquer não pode ser uma questão de transformar diferenças concretas em semelhanças abstratas; também não pode ser uma questão de localizar fenômenos idênticos disfarçados sob nomes

¹⁶ Franz von Benda-Beckmann sobre o processo de adjudicação. Geertz, 1997. p.260.

diferentes; além disso, sejam quais forem as decisões tomadas sobre um determinado caso, estas devem ter como referência o gerenciamento da diferença e não sua eliminação. Este último ponto é importante de ser levado em conta principalmente pelos representantes do Poder Executivo brasileiro e italiano porque se não houver um gerenciamento da discordância sobre a extradição de Battisti, os comentários de alguns dos leitores mais exaltados das notícias sobre o caso poderiam vir a acontecer, com ambos os países quebrando relações que muitas vezes são pacíficas e de benefício mútuo em diversos setores, como atitudes conjuntas para o desenvolvimento da ciência e tecnologia.

Quando dois países entram em conflito sobre um tema, dois tipos de discurso emergem do pluralismo jurídico disposto entre cada uma das partes, mesmo que estes sejam dois países do Ocidente, como no caso do Brasil e da Itália. Geertz classifica tais discursos como discurso normal ou discurso anormal. O discurso normal ocorre quando o discurso desenvolve-se sob um conjunto de regras, premissas, convenções, critérios e crenças, que, teoricamente, nos dizem o que fazer para solucionar problemas ou resolver conflitos de forma racional e através de procedimentos “confiáveis”. Este seria o tipo de discurso presente na resolução do caso Battisti se este não tivesse sido considerado uma pessoa passível de perseguição política caso retornasse à Itália e caso fossem levadas em conta as disposições presentes no Tratado Internacional assinado pelos dois países.

No entanto, Battisti permaneceu no Brasil e o que surgiu durante a tentativa de extradição e julgamento de sua permanência em solo brasileiro foi justamente o segundo tipo de discurso, o anormal ou não-padrão, que têm como característica não seguir os critérios estabelecidos e aceitos para se chegar a um acordo, prejudicando assim a comunicação entre as partes, pois, ou uma não sabe das regras estabelecidas com o outro para a resolução de conflitos, o que não considero como sendo algo verdadeiro para os fatos da permanência de Battisti em nosso país, ou simplesmente ignora, que é o que parece acontecer no presente caso. O que está em jogo, portanto, são as formas de imaginação da realidade de dois países diferentes que irão utilizar-se do próprio saber, sua própria sensibilidade jurídica sobre o caso, para tentar resolver uma questão que gera conflito entre eles.

O julgamento de Battisti seria um bom exemplo da diferença de tratamento entre aqueles que se incluem nas camadas mais altas da hierarquia social e aqueles que não

possuem privilégios. Casos de extradição como o dos pugilistas cubanos nos jogos Pan-Americanos, realizados no Rio de Janeiro em 2007, não passaram por esferas superiores, como Battisti, que tem seu caso julgado pelo Supremo Tribunal Federal. Segundo Regina Lúcia Teixeira Mendes (2004), o direito no Brasil possui duas esferas diferentes de atuação, a esfera do discurso jurídico e a esfera das práticas judiciais. Em seu texto, apesar de a autora apresentar o trecho da Constituição que garante igualdade entre todos os indivíduos perante a lei, também são apresentados os trechos que determinam situações onde representantes de certos grupos ou pessoas que ocupam determinados cargos na esfera pública gozam de privilégios especiais na esfera jurídica. O caso Battisti serve como exemplo sobre a forma de atuação da esfera judicial brasileira e sua forma particular de *sensibilidade jurídica*: a lei é universal, mas sua aplicação é sempre feita de forma particular. Este tipo de atuação, que leva em conta a igualdade da lei para todos, mas cria foros especiais para certas pessoas, revelando distintas realidades, é que Regina Lúcia Teixeira Mendes chama de “igualdade à brasileira” e Kant de Lima (2010) identifica como “paradoxo legal brasileiro”.

Entre as formas jurídicas consideradas formas ocidentais do Direito, a *common law* e a *civil law*, Roberto Kant de Lima (2010) irá analisar os diferentes tipos de sensibilidades jurídicas produzidas por cada uma, em especial na comparação entre os tipos de Direito vigentes no Brasil e nos EUA. No *common law*, o Direito provém essencialmente dos costumes e da tradição, sendo que o povo está diretamente ligado ao processos através da insituição do júri no tribunal, o que não ocorre no Brasil como ocorre nos Estados Unidos. O Direito, neste caso, não passa de regras institucionalizadas, que todos deveriam compreender e às quais devem ter acesso garantido, e não mediado por nenhuma insituição universitária. No Brasil prevalece o *civil law*, onde códigos são produzidos e legitimados através de uma racionalidade abstrata e leva em conta principalmente a opinião de pessoas tecnicamente capacitadas para interpretar a realidade e julgar se houve ou não transgressão das normas estabelecidas. A grande diferença entre um tipo de direito e outro é que, no *common law*, quem faz a lei é a sociedade, enquanto que no *civil law* o direito e as leis provém do Estado e do pessoal técnico capacitado para tal.

Quando o aparelho jurídico não está vinculado aos valores da sociedade, como é o caso do direito onde impera o *civil law*, o júri, que seria composto por membros da sociedade civil, irá ser excluído das decisões, substituindo-se portanto o julgamento de

uma pessoa por seus pares, seus concidadãos, e transfere-se poder aos juízes e advogados na interpretação das normas através de provas produzidas no inquérito e investigação do caso por pessoas também tecnicamente aptas a produzi-las. Segundo Kant de Lima, a tradição jurídica brasileira insiste em situar sua origem no antigo direito romano, ocultando assim sua vinculação com as transformações políticas, sociais e econômicas que acompanharam sua produção e reprodução. Com isso, o que impera dentro da ética da advocacia no Brasil é a lógica do contraditório, que não apresenta fatos, mas versões e indícios do que teria acontecido. Sendo assim, um acusado aqui deve prestar contas daquilo que fez através de uma versão que seja coerente com aquilo que foi produzido contra ele pelos agentes do Estado, que possuem fé pública, e, caso o acusado decida por permanecer em silêncio, o que predomina é o consentimento sobre o resultado do que foi produzido como prova, pois impera a lógica do “quem cala consente” ao invés da lógica que operante nos Estados Unidos onde permanecer calado é um direito ligado à declaração de inocência. Assim, no Brasil, pessoas acusadas de um crime não apenas podem, como devem falar sobre o que se passou e isso, muitas vezes, gera uma visão dos fatos baseada em mentiras ou omissões de fatos importantes para o processo, além de abrir brechas para que juristas envolvidos com o caso construam uma versão dos fatos dúbia frente a realidade. Não quero dizer que Battisti ou a acusação estão mentindo sobre algum ponto, mas as diversas versões para os homicídios sobre os quais Battisti é acusado geram todos os discursos, agressivos ou mais neutros, sobre o caso.

O saber particularizado dos juristas, na lógica do contraditório, amplamente utilizada no Brasil, converte-se em poder público e é positivado através da fé pública designada a estes atores, que devem prestar contas de seus atos a seus pares e não à sociedade como um todo, como diz Kant de Lima. Isto se reflete, portanto, no envolvimento de próprio Presidente da República à época sobre o caso do italiano, que, apesar de parecer favorável do STF sobre a extradição do acusado, decidiu por mantê-lo em território nacional e, com isso, excluiu parte da sociedade que pressionava pela extradição e se colocou na posição de não prestar contas de seus atos a ninguém além do Poder Executivo italiano, mas mesmo assim se viu livre de tal prestação de contas porque seu mandato terminou no dia seguinte à sua decisão de permanência, tendo sua atitude por parte dos apoiadores do governo considerada como sendo uma atitude soberana. Assim, como diz Kant de Lima na conclusão de seu artigo, no Brasil, ocorre

uma mistura de sensibilidades jurídicas de caráter muito diverso e que tornam o sistema jurídico obscuro aos próprios juristas, pois estes não possuem regras universais que devam prevalecer em todos os casos. Na lógica do contraditório, a decisão nunca é das partes envolvidas, mas daqueles que detêm autoridade e que possuem um saber apropriado particularmente que funciona como fonte de poder e legitimidade de suas ações.

2.4. A imagem nacional brasileira

Ao voltar minha atenção aos comentários dos leitores sobre o caso e dos agentes públicos que utilizam-se de sua opinião particular para comentar a decisão sobre a permanência ou não do italiano aqui, é impossível não entrar na questão da imagem nacional e, ao fazê-lo, grande contribuição provém dos escritos de Roberto DaMatta. Segundo este autor, existe uma forma socialmente estabelecida através da coerência nos discursos de pessoas que se utilizam da expressão “sabe com quem está falando?”, que é uma pergunta central na comparação de *status* de diferentes países na comunidade internacional e que, no texto de DaMatta (1997), informa muito sobre a forma como os brasileiros se comportam entre eles, mas que pode ser aplicada no contexto entre dois países se compararmos um país a uma pessoa e um conflito entre Estados soberanos como uma disputa entre membros de uma mesma sociedade. A expressão estudada por DaMatta é utilizada por algum personagem quando este acredita sentir-se importante ou quando necessita mostrar sua posição social ao outro e, mesmo que não apareça explicitamente, pode ser percebida em alguns comentários, como no comentário de Matekudasai que diz que o Brasil é a glória, o futuro, e que somos nós que investimos na Itália e não o contrário, demonstrando assim que o país encontra-se em uma posição de superioridade frente ao país europeu. Existe, portanto, uma percepção do que DaMatta chama de *consciência de posição social*, além do conhecimento das regras relativas à perda, manutenção ou ameaça dessa posição, onde a economia, tão importante na comparação entre Estados, muitas vezes aparece como determinante para um país ser “bem visto” frente aos outros membros da comunidade internacional.

O uso da expressão “sabe com quem está falando?” pressupõe distintos níveis sociais com hierarquia definida, pois, se não houvesse uma pessoa com poder maior que

outra, a expressão torna-se sem sentido. No entanto, a sociedade internacional é anárquica, ou seja, sem uma instituição que goze de soberania maior que a soberania de cada um dos Estados. Neste caso, a expressão aparece de forma implícita nas atitudes e falas de representantes de ambos os países, Brasil e Itália. Ao negar a extradição, nosso país estaria tentando dar lições de direito ao país europeu por expressar uma posição de igualdade jurídica e, ao mesmo tempo, reforçar a soberania brasileira sobre seu próprio território e todos aqueles que estão inseridos nele. Por parte da Itália, a expressão que serve como objeto de estudo a DaMatta estaria mais claramente expressa nas falas de políticos italianos, seja de oposição ou governistas, que se unem em críticas à decisão governo brasileiro, culminando no infeliz comentário que compara os juristas brasileiros a dançarinas, portanto, incapazes de dar lições de direito à Itália. Segundo DaMatta, o uso de uma expressão como o “sabe com quem está falando?”, explicitamente ou não, diz respeito ao que pode ser chamado de *revelação da identidade social*.

Outro fator de extrema importância a ser destacado no uso de alguma expressão parecida com a que o autor discute é o fato de que surge a oposição altamente significativa de duas éticas, a ética burocrática e a ética pessoal. A ética burocrática atua quando segue-se um código de regras e normas em sua totalidade e plenitude, independente do cargo ocupado ou da relação que se têm com uma pessoa situada no topo da hierarquia social, já a ética pessoal aplica-se quando alguém utiliza-se de alguma vantagem por ocupar um cargo do alto escalão, assim reconhecido por outros, e que utiliza-se de tal posição para imprimir sua própria opinião e determinar o futuro de um caso, como ocorreu quando Presidente Lula decidiu não extraditar o ativista italiano, mesmo após o STF determinar que este deveria ter sido extraditado, imprimindo portanto uma ética pessoal frente à ética daqueles que, teoricamente, são os mais capacitados para aplicar o uso da ética burocrática na resolução legal de conflitos, os juízes da Suprema Corte. Assim, Roberto Da Matta dirá que, no primeiro caso, o da ética burocrática, deve prevalecer a vertente impessoal e universalizante, igualitária, do sistema, onde a unidade é o *indivíduo*. Na ética pessoal, prevalecerá, portanto, a lógica de “dar um jeitinho” na resolução de uma determinada situação, onde a unidade está centrada no conceito de *pessoa*, que merece solidariedade e um tratamento diferenciado. Podemos perceber esta lógica, inclusive, no comentário de um dos leitores da CNN.com, que diz que se fosse cubano, Battisti já teria sido extraditado, como ocorreu com uma dupla de pugilistas cubanos durante os jogos pan-americanos na cidade do Rio

de Janeiro em 2007 que, logo após terem se afastado da delegação cubana, foram encontrados e prontamente extraditados a pedido do governo de Cuba¹⁷.

3. Conclusão

O caso Battisti não foi o primeiro caso onde um homem gera uma disputa entre dois Estados. O Brasil já havia passado por situação semelhante quando Saltavote Cacciola, ex-dono do Banco Marka, refugiou-se na Itália após terem sido investigadas denúncias do Ministério Público sobre seu envolvimento em crimes contra o sistema financeiro¹⁸. Por possuir cidadania italiana, o banqueiro buscou refúgio na Itália após receber um *habeas corpus* emitido pelo STF, mas acabou sendo extraditado para o Brasil após ser reconhecido e preso em Mônaco. Podemos citar ainda um exemplo mais recente envolvendo nosso país e a relação de soberania entre Estados, como é o caso do senador boliviano Roger Pinto. Este parlamentar boliviano estava a 455 dias asilado na embaixada brasileira em La Paz e contou com a ajuda do ex-encarregado de negócios do Brasil na Bolívia, Eduardo Saboia, para vir ao Brasil em 23 de agosto de 2013, sem autorização prévia e conhecimento do governo brasileiro, nem o salvo-conduto emitido pelo governo da Bolívia¹⁹. Tal caso levou o então Ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, a se demitir do cargo, atitude que demonstra ao governo da Bolívia que a conduta do representante diplomático do Brasil naquele país representava uma quebra de hierarquia e também serve como forma de manutenção positiva da relação de precedência entre os dois países vizinhos.

Existem ainda casos que envolvem países mais poderosos no cenário internacional, como é o caso do ex-técnico da agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América (NSA, na sigla em inglês), Edward Snowden. Ele teria recolhido uma série de provas de espionagem feitas pelos Estados Unidos a vários países, incluindo o monitoramento de conversas telefônicas e correspondências de

¹⁷ Retirado do site <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL83186-5606,00.html>

¹⁸ No site <http://noticias.terra.com.br/brasil/justica-pede-extensao-da-extradicao-de-salvatore-cacciola,7ffb7a59f7f5d310VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html>. Matéria de 12 de março de 2013.

¹⁹ No site: <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2013/08/26/patriota-pede-demissao-do-itamaraty.htm>. Matéria de 26 de agosto de 2013.

representantes tanto do nosso governo, quanto de outros ao redor do mundo, inclusive de históricos aliados europeus²⁰. O caso de Edward Snowden apresenta ainda um elemento que não está incluído no caso do ativista italiano, a segurança nacional. Através do argumento de proteção da soberania e de seus limites fronteiriços é que os Estados Unidos afirmam a necessidade de extradição do ex-agente de segurança, que atualmente encontra-se em território russo, historicamente o maior rival em termos de competição política e econômica pós-Segunda Guerra Mundial dos Estados Unidos.

Casos como esses sempre irão gerar disputas entre países envolvidos, pois a atitude de um país que decide por manter ou extraditar alguém envolve diferentes sistemas jurídicos – o *common law* e o *civil law*, territórios ditos soberanos, atuação de representantes políticos de diferentes países, bem como de agentes da imprensa local ou mundial. Além destes, leitores anônimos e pessoas que não estão incluídas na hierarquia que possui poder para influenciar na resolução de conflitos entre Estados possuem sua importância por indicar qual o sentimento geral de ideias e ideologias contidas por trás dos casos, além de indicar a força do sentimento de nacionalismo e horizontalidade da nação à medida que seus cidadãos se vêem mais ou menos como iguais.

Não são, no entanto, apenas os indivíduos que fazem parte da grande população que irão ser os responsáveis pelas ideologias políticas e sociais que podem ser percebidas nos diversos grupos que compõem uma nação. Em seus estudos, Alexis de Tocqueville²¹ faz uma observação que creio ser muito importante para a análise da hierarquia na sociedade brasileira: “nas sociedades aristocráticas, onde um pequeno número de pessoas dirige tudo, o convívio social entre os homens obedece a regras convencionais estabelecidas. Todos conhecem ou pensam conhecer exatamente as marcas de respeito ou atenção que devem demonstrar, e presume-se que ninguém ignore a etiqueta. Os costumes e praxes estabelecidos pela primeira classe da sociedade servem de modelo a todas as outras, cada uma das quais, por sua vez, estabelece seu código próprio, a que todos os seus membros são obrigados a obedecer. Assim, as regras de polidez formam um complexo sistema de legislação, difícil de ser dominado perfeitamente, mas do qual é perigoso para qualquer um desviar-se; por isso, os homens

²⁰ No site: <http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/leia-na-integra-a-carta-de-edward-snowden-sobre-espionagem>. Reportagem de 04 de novembro de 2013.

²¹ Em DaMatta, pág. 188.

estão constantemente expostos a infligir ou receber, involuntariamente, afrontas amargas.”

Apesar de ser um país democrático, acredito que os valores da sociedade aristocrática do começo da colonização no Brasil ainda permanecem em um sentimento patriarcal e patrimonialista predominante entre os grupos que situam-se no topo da hierarquia social. Estes irão, por sua vez, determinar o conjunto de regras e valores morais que o resto da sociedade irá acatar como o modelo padrão de comportamento para todos, que irão adaptar-se a ele na medida que a realidade de cada um dos indivíduos assim o permitir. Políticos e personagens de destaque na hierarquia social, seja por seu trabalho ou pela quantidade de recursos disponíveis para si, serão os responsáveis primários pela criação do conjunto de valores que será discutido e adotado pela sociedade. Sem a presença de políticos que viram no caso de Battisti uma ligação com o sentimento de combate à repressão vivido por nossos políticos durante a ditadura militar no Brasil, tal julgamento provavelmente não teria a ampla repercussão que teve e a ele não teriam sido agregados elementos de disputa pela imagem que a nação deve transmitir e manter dentro da comunidade internacional, nem mesmo tamanhas dúvidas sobre a aplicação da lei. Sem esse apoio da classe política, provavelmente o tratado de extradição firmado entre Brasil e Itália teria sido aplicado de forma direta e a extradição teria se confirmado.

Durante o período que vai de 1968 até o final da década de 70, época conhecida como “anos de chumbo”, alguns países europeus encontravam-se em situação de intensa violência política, luta armada e terrorismo causado por grupos tanto da esquerda, quanto da direita, devido ao endurecimento do aparato repressivo dos Estados ditos democráticos. As consequências mais graves deste período puderam ser vistas na Alemanha, Itália e Grécia, mas, apesar de ser visto como um período de atuação rígida dos governos contra o sistema democrático, não é ponto pacífico entre os autores que se dedicam a estudar tal período que a Itália estivesse vivendo uma ditadura (Soares, 2011).

O envolvimento de políticos brasileiros para interferir na extradição do italiano marca a imposição de uma hierarquia há muito enraizada na sociedade brasileira, que se faz presente não apenas entre representantes políticos e pessoas comuns, mas até mesmo entre representantes dos poderes. Se a Constituição garante a independência entre os

poderes executivo, legislativo e judiciário, como explicar que o STF, mesmo após ter votado pela extradição de Battisti, passa a decisão ao chefe do executivo? Não seriam os ministros do Supremo Tribunal Federal os indivíduos mais tecnicamente capacitados a emitir decisões sobre a aplicação das leis contidas nos códigos dentro do nosso sistema de *civil law*? O que se percebe quando ocorre tal transmissão do poder de decisão é a expressão máxima de como opiniões subjetivas sobre como devem ser aplicadas as leis em nosso país são levadas em conta. Ao estudar a diferença entre indivíduos e pessoas dentro da aplicação do Direito, DaMatta deixa claro como, no Brasil, a lógica da igualdade de todos os indivíduos perante a lei é quebrada à medida em que existem níveis hierárquicos de reconhecimento social. Ou seja, existem pessoas que se apoiam na situação de outras para ter seu lugar reconhecido pelos outros segmentos sociais e assim terem seus direitos garantidos. Tais direitos irão possuir maior grau de privilégio quanto maior for a posição social ocupada por aquele indivíduo, como fica claro também no texto de Regina Lúcia Teixeira Mendes sobre como dentro da própria Constituição Federal de 1988 existem realidades distintas quanto ao discurso e quanto à prática do direito no Brasil.

Além da hierarquia interna do Estado brasileiro, existem ainda considerações a serem feitas sobre a hierarquia dos Estados dentro da comunidade internacional. Por mais que não exista oficialmente uma classificação que leve em conta diferenças entre os países, disputas de poder estão muito presentes entre as nações e podemos perceber tal disputa na grande maioria dos comentários sobre o caso Battisti, venham eles dos políticos ou da população. O interessante aqui é que o fator econômico possui extrema importância para quem comenta sobre o caso em favor da decisão de permanência, alegando que a decisão de permanência de Battisti em solo brasileiro é uma decisão soberana do Presidente e que a Itália não possui mais tanta influência no cenário internacional por estar em crise financeira. O que julgo contraditório quando vejo brasileiros falando em crescimento econômico como forma de afirmação da imagem nacional é que geralmente fatores como distribuição de renda não são levados em conta na afirmação positiva da imagem do Brasil. Apesar de termos apresentado situação de crescimento econômico que nos levou a sermos comparados a países de primeiro mundo, ainda é latente a má distribuição de recursos entre os cidadãos brasileiros, o que afirma ainda mais as disparidades entre ricos e pobres no Brasil, uma manutenção do *status quo* que permanece desde a época de colonização. Mesmo que hoje tenhamos

programas de assistência a indivíduos em situação degradante para que as diferenças econômicas sejam minimamente sanadas, a mesma evolução no sistema jurídico não pode ser percebida, sendo que os mais privilegiados possuem um aparato legal diferenciado.

Outro fator de extrema importância dentro do caso Battisti é a atuação da imprensa no caso. Como assinalado por Benedict Anderson, a imprensa possui atuação determinante no agrupamento de pessoas que reconhecem um tipo vernacular como oficial e pertencente a um território limitado onde pessoas irão reconhecer horizontalmente que outros fazem ou fizeram parte daquele grupo chamado de nação. Os jornalistas podem fazer uma análise dos fatos com neutralidade ou parcial em favor da posição de uma ou outra parte envolvida. Os leitores, por sua vez, serão influenciados de forma positiva, negativa ou neutra. Casos controversos como o de Battisti não irão fugir ao julgamento subjetivo daqueles que escrevem sobre ele, mesmo que alguns jornais, como o *The Washington Post*, se limitem apenas a descrever os fatos, é clara a distinção de abordagem entre as reportagens da *cnn.com* e o site *economist.com*. Dentro deles é que os comentários dos leitores adquirem patamares de pessoalidade relativos ao sentimento de pertencimento ou não dentro de uma comunidade de valores.

O senso comum criado em cada uma dessas comunidades sempre tentará diminuir a versão daqueles que pensam de forma oposta e tenderá à conclusão de que a sua versão acerca do tema é a realidade de fato. Dessa disputa de versões saem as afrontas entre os Estados, onde o “sabe com quem está falando?” surge tanto na forma de manifestações menos exaltadas, com em forma de críticas, sendo a expressão máxima desta tendo sido proferida pelo parlamentar italiano que diz que o Brasil é mais conhecido por suas dançarinas que por seus juízes. Este debate de argumentos será ressaltado pela imprensa como melhor lhe convier de acordo com a parte que esta apóia ou de acordo com sua neutralidade, expondo apenas o que de fato ocorreu. É curioso ainda notar na atuação da imprensa sobre o caso Battisti que entre os políticos brasileiros houve grande oposição sobre a permanência do italiano aqui, enquanto que na Itália, tanto parlamentares da base quanto os da oposição se uniram na versão de que o Brasil estaria quebrando um acordo internacional entre eles. Creio que a diferença de interpretações seja natural e necessária à manutenção da democracia, mas no Brasil tal

diferença é muito acentuada por não existir um sentimento de camaradagem horizontal tão forte.

Disputas entre Estados soberanos, definidas no termos de Held sobre o modelo relacional entre nações após o fim das guerras entre católicos e protestantes na europa durante o séc. XVII, irão levar em conta principalmente o direito dos países internamente, mesmo que haja o direito internacional, este serve meramente como forma de apoio à soberania dos Estados em seus territórios. Após a Segunda Guerra Mundial, com a segunda tentativa de criação de uma organização capaz de englobar quase todos os países do mundo dentro de preceitos de igualdade e cooperação, a Organização das Nações Unidas (ONU), fundada oficialmente em 24 de outubro de 1945²², não consegue impor maior respaldo ao direito internacional justamente por não possuir soberania e precedência maior que a contida no interior de cada nação. Assim, mesmo após ameaça do governo italiano em entrar com uma representação contra o governo brasileiro na Corte de Haia, pouco poderá ser feito além de pressão internacional para que o Brasil volte atrás e decida pela extradição de Battisti. Sem que todos os países concordem em ceder poder a uma organização externa aos seus limites fronteiriços, o direito internacional pouco ou nada pode fazer para que sejam encontradas soluções relacionadas à soberania de cada Estado.

Um último desdobramento na relação conflituosa entre os dois Estados envolvidos no caso de Battisti pode ser encontrado no caso de fuga de Henrique Pizzolato para a Itália. Ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil e acusado de envolvimento com trânsito em julgado no caso que ficou conhecido como caso do mensalão, Pizzolato, que possui dupla cidadania, foi para a Itália e emitiu uma carta distribuída por seu advogado no caso, Marthius Sávio Cavalcante Lobato, que dizia: “Por não vislumbrar a mínima chance de ter um julgamento afastado de motivações político eleitorais, com nítido caráter de exceção, decidi consciente e voluntariamente fazer valer meu legítimo direito de liberdade para ter um novo julgamento, na Itália, em um Tribunal que não se submete às imposições da mídia empresarial, como está consagrado no tratado de extradição Brasil e Itália.” (retirado do site noticias.uol.com.br, em 16/11/2013). Nos termos do tratado de extradição ratificado por Brasil e Itália no final da década de 1980, qualquer uma das partes não possui obrigação

²² Retirado do site www.onu.org.br

de extradição caso o réu possua dupla-cidadania. Após a crise iniciada no caso Battisti, a Itália poderia usar o caso de Pizzolato como contrapartida, visto que o direito internacional pouco ou nada pode fazer para resolver a disputa entre as duas nações.

4. Bibliografia

- ANDERSON, Benedict R. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CASTRO, Marcus Faro de. *De Westphalia a Seattle: a teoria das relações internacionais em transição*. **Cadernos do REL, n.20**. Brasília: Instituto de Relações Internacionais / UnB, 2001.
- DAMATTA, Roberto. *Das distinções entre indivíduo e pessoa*. In: **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma Sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- _____. *Teoria e prática do “sabe com quem está falando?”*. In: **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma Sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1997.
- DUMONT, Louis. **O Individualismo: uma perspectiva antropológica a ideologia moderna**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- GEERTZ, Clifford. *O senso comum como um sistema cultural*. In: **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Trad. Vera de Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. *O saber local*. In: **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Trad. Vera de Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HELD, David. **Democracy and the Global Order**. Stanford: Stanford University Press, 1995, *apud*: CASTRO, Marcus Faro de. *De Westphalia a Seattle: a teoria das relações internacionais em transição*. **Cadernos do REL, n.20**. Brasília: Instituto de Relações Internacionais / UnB, 2001.
- LIMA, Roberto Kant de. *Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada*. In: **Anuário Antropológico /2009 – 2, 2010**: 25-51. Departamento de Antropologia, UFF.
- MAUSS, Marcel. *Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “EU”*. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

- _____. *Ensaio sobre a Dádiva*. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MORGENTHAU, Hans J. **A Política Entre as Nações – A luta pelo poder e pela paz**. São Paulo: Universidade de Brasília, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Instituto de pesquisa de Relações Internacionais, 2003.
- OLIVEIRA, Cleber Roberval Salvador; SALVIATO-SILVA, Ana Cristina. **Análise de Conteúdo da Imagem do Brasil obtida através da divulgação oficial da EMBRATUR**. In: IX Congresso Virtual Brasileiro de Administração, ocorrido entre 23 e 25 de novembro de 2012.
- SATO, Eiti. *O Humanismo e a formação do moderno sistema de Estados Nacionais*. In: Oliveira, Odete Maria de (org.). **Configuração dos Humanismos e Relações Internacionais**. Ijuí: UNIJUÍ, 2006.
- SILVA, Kelly Cristiane da. *A Cooperação Internacional como Dádiva. Algumas aproximações*. **Mana - Estudos de Antropologia Social**; volume 14, número 1, páginas 141-171. Rio de Janeiro, 2008.
- SOARES, Carina de Oliveira. *Análise das implicações jurídicas do caso “Cesare Battisti”*. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 88, maio 2011. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9536. Acesso em set 2013.
- TEIXEIRA MENDES, Regina Lúcia. *Igualdade à brasileira: Cidadania como Instituto Jurídico no Brasil*. **Revista de Ciências Criminais** no.13. PUC/RS. Porto Alegre: Notadez, 2004.
- TOMASS, Lea. **Diferença e igualdade entre os Estados: uma etnografia da precedência nas relações diplomáticas**. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília – UnB. Brasília, 2001.
- WALTZ, Kenneth N. **O homem, o estado e a guerra**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Mídia online:

- <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/RELACOES-EXTERIORES/192273-DEPUTADOS-DIVERGEM-SOBRE-MANUTENCAO-DE-CESARE-BATTISTI-NO-BRASIL.html>

- <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/stf-mantem-condenacao-de-cesare-battisti-por-falsificacao.html>
- http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1386387-9356,00-PARA+TARSO+CASO+BATTISTI+NAO+VAI+GERAR+CRISE+ENTRE+BRASIL+E+ITALIA.html
- <http://oglobo.globo.com/pais/stj-nega-recurso-de-cesare-battisti-ex-ativista-pode-ser-expulso-do-brasil-8841111>
- <http://diplo.org.br/imprima1576>
- <http://veja.abril.com.br/tema/battisti-no-brasil>
- <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/italia-decisao-do-stf-sobre-battisti-fere-relacoes-com-o-brasil>
- <http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/italia-convoca-embaixador-no-brasil-depois-do-caso-battisti>
- <http://cd.jusbrasil.com.br/noticias/2524706/deputados-divergem-sobre-asilo-politico-para-cesare-battisti>
- http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b_64
- <http://www.nytimes.com/2011/06/10/world/americas/10briefs-Brazil.html>
- <http://www.nytimes.com/2009/01/14/world/americas/14iht-terror.4.19364168.html>
- <http://www.economist.com/node/12974127>
- <http://www.economist.com/node/12974127/comments#comments>
- <http://www.cnn.com/2011/WORLD/americas/06/09/brazil.italian.fugitive/index.html?iref=allsearch>
- <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1501200902.htm>
- <http://noticias.uol.com.br/ultnot/ansa/2009/01/30/ult6817u1533.htm>
- <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/11/16/tratado-entre-brasil-e-italia-deve-dificultar-extradicao-de-pizzolato.htm>